

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ALINE DE SOUZA CORREIA SANTOS

**A VIOLÊNCIA SEXUAL EM ZONAS DE CONFLITO:
UM ESTUDO SOBRE O JAPÃO IMPERIAL NO SÉCULO XX**

Porto Alegre

2022

ALINE DE SOUZA CORREIA SANTOS

**A VIOLÊNCIA SEXUAL EM ZONAS DE CONFLITO:
UM ESTUDO SOBRE O JAPÃO IMPERIAL NO SÉCULO XX**

Trabalho de Diplomação submetido ao curso de Graduação em Relações Internacionais, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Relações Internacionais.

Orientador: Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik.

Porto Alegre

2022

CIP - Catalogação na Publicação

Santos, Aline de Souza Correia
A violência sexual em zonas de conflito: um estudo
sobre o Japão Imperial no século XX / Aline de Souza
Correia Santos. -- 2022.
64 f.
Orientador: Marco Aurélio Chaves Cepik.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. violência sexual. 2. Massacre de Nanquim. 3.
mulheres de conforto. 4. Japão. I. Cepik, Marco
Aurélio Chaves, orient. II. Título.

ALINE DE SOUZA CORREIA SANTOS

**A VIOLÊNCIA SEXUAL EM ZONAS DE CONFLITO:
UM ESTUDO SOBRE O JAPÃO IMPERIAL NO SÉCULO XX**

Trabalho de Diplomação submetido ao curso de Graduação em Relações Internacionais, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 10 de maio de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik – Orientador
UFRGS

Prof.^a Dr.^a Verônica Korber Gonçalves
UFRGS

Prof.^a Dr.^a Juliana de Paula Bigatão Puig
UNIFESP

À minha avó, Elza Dalte (*in memoriam*), que me ensinou
compaixão e humanidade.
Às *halmoni*, que me ensinam valentia e tenacidade.

AGRADECIMENTOS

Minha dívida com todos que lutaram e ainda lutam pelo acesso universal à educação é imensurável e eterna. Por isso agradeço, primeiramente, àqueles que me antecederam e tornaram possível que uma jovem da periferia de Cubatão ocupasse um lugar na prestigiosa Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde pude crescer como profissional, indivíduo e cidadã.

Agradeço à UFRGS, à Faculdade de Ciências Econômicas e os corpos docente e técnico dessas instituições, que me proporcionaram um ambiente de constante aprendizado. Agradeço à Fapergs, ao CNPq e à PRAE pelas bolsas de pesquisa e extensão que me foram concedidas e garantiram a minha permanência na universidade. Agradeço, principalmente, ao meu orientador Prof. Marco Cepik pela paciência e bom humor, que tornaram o processo de elaboração deste trabalho muito mais tranquilo e prazeroso.

Sou imensamente grata por ter compartilhado os últimos cinco anos com pessoas tão excepcionais. Cito primeiramente, minha amiga Carla, que esteve comigo desde o começo da graduação e sempre me proporcionou acolhimento e carinho. Agradeço à incrível Pietra pela contínua irmandade e senso de humor. Agradeço também às queridas Juliana e Geórgia, por todo apoio concedido a mim durante minha passagem por Porto Alegre.

Muito obrigada às minhas quase-irmãs Isabela, Beatriz e Maiara pela sincera amizade durante a última década. Agradeço ao Washington e à Verônica pelo apoio e os inúmeros momentos alegres que me propiciam. Também agradeço à minha queridíssima amiga Rosana, por todos os ensinamentos e constante incentivo.

Agradeço, especialmente, à minha família, por todos os sacrifícios feitos para que eu pudesse realizar esse objetivo. Agradeço aos meus pais, Elizete e Genilson, por sempre me permitirem escolher meus caminhos e me acompanharem durante toda a jornada – mesmo que a contragosto. Agradeço ao meu irmão Rodrigo, pelos insubstituíveis companheirismo e inspiração que me proporciona. Muito obrigada às minhas primas Thayla e Marcela, pelo infindável encorajamento; ao meu sobrinho Murillo e à minha prima Maria Eduarda, por renovarem constantemente minhas esperanças. Agradeço, principalmente, à Letícia, minha irmã e melhor amiga, por me amar e acreditar em mim quando falho em fazê-lo.

“O ser humano é um ser cruel por natureza?
Estamos vivendo apenas a ilusão de que somos dignos? Podemos nos transformar em nada, em um inseto, em um animal, em uma massa de pus e fluido de ferida a qualquer momento? Ser humilhado, ferido, assassinado, é isso que a história provou ser a natureza humana?” (KANG, 2008, p.115)

RESUMO

A violência sexual está presente em todas as sociedades, persistindo durante conflitos e impactando especialmente a vivência feminina. A partir da década de 1990, com mobilização das sobreviventes da escravidão sexual militar perpetrada pelo Japão no século XX, debates sobre as reparações às vítimas foram iniciados – inconcluídos até o momento. Simultaneamente, vê-se a retomada de discussões sobre o número de assassinatos e estupros causados por forças militares nipônicas durante a invasão de Nanquim (1937). Desta maneira, o presente trabalho analisa criticamente o emprego da violência sexual pelas forças militares japonesas durante a primeira metade do século XX. Tem-se como objetivo central do estudo entender as causas e as formas em que este tipo de violência foi empregado, tal como as consequências destas. Trata-se, portanto, de buscar uma explicação causal, mas também uma interpretação panorâmica que considere características e aspectos sociológicos, culturais e político-militares que possivelmente contribuíram para a utilização do estupro pelo Exército Imperial Japonês (EIJ). Para a realização do trabalho, utiliza-se a Teoria Feminista de Relações Internacionais e sua metodologia de estudo de temáticas securitárias, empregando o método qualitativo-interpretativo de análise, a partir do qual se faz três aproximações. A primeira aproximação é a análise crítica das vertentes biológica, sociocultural e securitária, que buscam explicar a violência sexual. A segunda aproximação é a análise histórica sobre a importância do militarismo, do nacionalismo, do gênero e da sexualidade no Império Japonês, estudando o impacto destes no emprego da violência sexual pelo EIJ. A terceira aproximação é a análise de dois momentos em que a violência sexual foi empregada pelas forças militares japonesas: o Massacre de Nanquim (1937-1938) e o Sistema de Conforto (1932-1945). Como resultado, constata-se o envolvimento governamental em prol da violência sexual como principal discrepância entre os modos de operação adotados pelo EIJ. Além disso, também é possível verificar correlação entre papéis de gênero, colonialismo e o estupro durante as campanhas militares. A análise crítica das vertentes explicativas para a violência sexual, por sua vez, evidencia as limitações dessas interpretações para o fenômeno.

Palavras-chave: violência sexual; Massacre de Nanquim; mulheres de conforto; Japão.

ABSTRACT

Sexual violence is present in all societies, persisting during conflicts and impacting especially women's lives. From the 1990s onwards, with the mobilization of survivors of military sexual slavery perpetrated by Japan in the 20th century, debates on reparations to victims began – unconcluded to this day. At the same time, discussions about the number of murders and rapes caused by Japanese military forces during the invasion of Nanjing (1937) have resumed. Thus, the present paper analyzes critically the usage of sexual violence by the Japanese military forces during the first half of the 20th century. The main purpose of the study is to understand the causes and methods in which this type of violence was used, as well as their consequences. It is, therefore, a matter of seeking a causal explanation, but also a panoramic interpretation considering sociological, cultural and political-military characteristics and aspects that possibly contributed to the use of rape by the Imperial Japanese Army (IJA). To execute the research, the Feminist Theory of International Relations and its methodology for studying security issues are used, employing the qualitative-interpretative method of analysis, from which three approaches are made. The first approach is the critical analysis of the biological, sociocultural and security explanatory strands for sexual violence. The second approach is the historical analysis of the importance of militarism, nationalism, gender, and sexuality in the Japanese Empire, studying their impact on the usage of sexual violence by the IJA. The third approach is the analysis of two moments in which sexual violence was used by the Japanese military forces: the Nanjing Massacre (1937-1938) and the Comfort System (1932-1945). As a result, the main discrepancy between the *modi operandi* adopted by the IJA is the governmental involvement in favor of sexual slavery. In addition, it is also possible to verify a correlation between gender roles, colonialism, and rape during the Imperial military campaigns. The critical analysis of the explanatory strands for sexual violence, on the other hand, highlights the limitations of these interpretations for the phenomenon.

Keywords: sexual violence; Nanjing Massacre; comfort women; Japan.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Império Japonês (1870-1942).....	33
Figura 2 – Localização de estações de conforto (1932-1945).....	50

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACLED	<i>Armed Conflict Location & Event Data</i> (Dados sobre Localização & Ocorrência de Conflitos Armados)
AAPI	<i>Asian and Pacific Islanders</i> (Asiáticos e Ilhéus do Pacífico)
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
EIJ	Exército Imperial Japonês
EUA	Estados Unidos da América
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FHAO	<i>Facing History and Ourselves</i> (Enfrentando a História e Nós Mesmos)
FRA	<i>European Union Fundamental Rights Agency</i> (Agência da União Europeia para Direitos Fundamentais)
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MIJ	Marinha Imperial Japonesa
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
WAM	<i>Women's Active Museum on War and Peace</i> (Museu Feminino Ativo sobre Guerra e Paz)

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	12
2.	EXPLICAÇÕES PARA A VIOLÊNCIA SEXUAL.....	15
2.1.	VERTENTE BIOLÓGICA.....	17
2.2.	VERTENTE SOCIOCULTURAL.....	20
2.3.	VERTENTE SECURITÁRIA.....	24
3.	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	29
3.1.	MILITARISMO E NACIONALISMO.....	30
3.2.	GÊNERO E SEXUALIDADE.....	37
4.	ESTUDOS DE CASO.....	42
4.1.	MASSACRE DE NANQUIM.....	42
4.2.	MULHERES DE CONFORTO.....	46
5.	CONCLUSÕES.....	52
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	56

1. INTRODUÇÃO

A violência sexual está presente em todas as sociedades; de maneiras e em frequências díspares, mas indubitavelmente em todas as sociedades. A Organização Mundial da Saúde (OMS), define a violência sexual como qualquer ato sexual ou tentativa de obtê-lo a partir da coerção da vítima (WHO, 2002, p.149). A Pesquisa Nacional de Saúde, realizada pelo IBGE em 2019, indicou que 9,4 milhões de pessoas relataram terem sofrido violência sexual em algum momento de suas vidas (IBGE, 2021). No mesmo ano, um estupro foi denunciado a cada oito minutos no Brasil (FBSP, 2020).

Em um estudo realizado pela Agência da União Europeia para Direitos Fundamentais (FRA¹), 11% das mulheres entrevistadas relataram terem sofrido algum tipo de violência sexual em suas vidas, e 5% relataram terem sido vítimas de estupro (FRA, 2014, p.21). No leste asiático, 20% das mulheres afirmaram terem sofrido algum tipo de violência sexual em suas vidas (WHO, 2018, p.xiii). Segundo a OMS, uma em cada três mulheres no mundo sofrerá algum tipo de violência sexual em suas vidas – excluindo deste cálculo o assédio sexual (WHO, 2018, p.37).

Em conflitos, a violência sexual persiste. Durante os 13 anos de intervenção da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti, mais de 2000 casos de abuso sexual causados por funcionários da organização foram reportados (SANTOS et al, 2020, p.131-2). Segundo dados coletados pelo projeto *Armed Conflict Location and Event Data*, 95% das vítimas de violência sexual em zonas de conflito no ano de 2018 eram mulheres e meninas (ACLED, 2019). Dezoito países foram mencionados no relatório anual do Conselho de Segurança da ONU de 2021 sobre violência sexual em zonas de conflito, entre eles o Iêmen, Bósnia & Herzegovina, Myanmar e Colômbia (UNSC, 2021).

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) ficou marcada pelos numerosos episódios onde a violência sexual foi utilizada contra civis. No fronte asiático do conflito, isso não foi diferente. Durante os meses de dezembro de 1937 e janeiro de 1938, cerca de 80 mil mulheres e meninas foram estupradas e assassinadas em Nanquim, na China (CHANG, 1997, p.39). Após o episódio, a rede de pontos onde jovens coreanas, chinesas, filipinas, holandesas e japonesas eram mantidas, conhecida como Sistema de Conforto, foi ampliada (SOH, 2008, p.69).

Desta maneira, o presente trabalho analisa criticamente o emprego da violência sexual pelas forças militares japonesas durante a primeira metade do século XX. Tem-se como objetivo central do estudo entender as causas e as formas em que este tipo de violência

¹ Sigla para *European Union Fundamental Rights Agency*, nome da organização em inglês.

foi empregado, tal como as consequências destas. Trata-se, portanto, de buscar uma explicação causal, mas igualmente, uma interpretação panorâmica do fenômeno, considerando também características sociológicas, culturais e político-militares que possivelmente contribuíram para a utilização do estupro pelo Exército Imperial Japonês (EIJ).

Nesse sentido, a hipótese é de que a instrumentalização da sexualidade já estaria presente na sociedade japonesa antes da Restauração Meiji (1868), acentuada com o início do expansionismo do Império. A estrutura social altamente hierarquizada relegaria as classes socioeconômicas mais baixas no Japão a condição de ferramenta a ser utilizada pelo Imperador. Sendo essa uma estrutura também patriarcalista, as funções femininas estariam ligadas à sua sexualidade e sexualização. O colonialismo adotado no período seria responsável pela introdução ou fortalecimento dessas concepções nos territórios ocupados, enquanto a lógica xenofóbica colocaria colonos como subalternos e seria um fator agravante para o tratamento sub-humano ao qual estes eram submetidos.

Para a analisar o fenômeno da violência sexual em zonas de conflito, faz-se uso da Teoria Feminista de Relações Internacionais e seu método de estudo de temáticas securitárias. Assim, a partir do aporte teórico citado, não se busca atingir neutralidade do observador em relação ao objeto de estudo, reconhecendo que papéis de gênero, apesar de estabelecidos e impostos socialmente, são internalizados pelos indivíduos e por isso, afetam a maneira como percebemos e interpretamos o mundo (PETERSON, 1992, p.194).

Segundo Wibben (2010, p.85), há um interesse comum entre estudiosas feministas de teorizar as Relações Internacionais a partir das vivências femininas – uma reação ao conhecimento estabelecido a partir das experiências masculinas –, sendo essa movimentação essencial para o estabelecimento de arranjos securitários significativos. Desta maneira, busca-se realizar o presente trabalho estabelecendo perguntas emancipatórias femininas e respondendo-as com base nas experiências de mulheres (TICKNER, 2006, p.22-27).

Para a realização da pesquisa, emprega-se a metodologia qualitativa-interpretativa de análise, a qual enfatiza a importância das crenças e motivações dos atores para a compreensão de suas ações (BEVIR; RHODES, 2016, p.3). Desta maneira, adota-se uma postura reflexivista (KEOHANE, 1988, p.390) perante o objeto analisado, buscando interpretá-lo a partir de três aproximações. A primeira é a análise crítica das teorias e vertentes explicativas pré-existentes sobre a violência sexual: (i) a vertente biológica, (ii) a vertente sociocultural e (iii) a vertente securitária. A segunda é a análise histórica sobre a importância do militarismo, do nacionalismo, do gênero e da sexualidade no Império Japonês, estudando o impacto destes no emprego da violência sexual pelo EIJ.

A terceira aproximação refere-se à análise do emprego da violência sexual pelas forças imperiais japonesas que, por sua vez, se dá a partir de dois recortes, verificando se os modelos explicativos citados anteriormente podem ser atrelados aos modos de operação adotados pelo EIJ. O primeiro é o Massacre de Nanquim, que ocorreu entre dezembro de 1937 e janeiro de 1938 na China; o segundo caso estudado é o das *ianfu*², mulheres vítimas da escravidão sexual entre 1932 e 1945, eleitos para exame por variarem em duração e intensidade. Por fim, as contribuições do presente trabalho para os estudos sobre violência sexual serão apresentadas, averiguando se há confirmação das hipóteses.

A estrutura do Exército Imperial Japonês durante os períodos abordados no presente trabalho – Meiji (1868-1912), Taishō (1912-1926) e Shōwa (1926-1945) – está dividida em uma série de sub-organizações. O Exército Kwantung (ou Guangdong), assim como os exércitos regionais na China (como o Exército para a China Central, Exército para o Sul da China e o Exército para o Norte da China) foram subdivisões da estrutura central, optando-se por não distingui-los entre si. A Marinha Imperial também executou um importante papel em ambos os estudos de caso, como será explicitado ao longo do trabalho. Dessa maneira, a referência de ações do EIJ não exclui a presença de soldados da MIJ nessas atividades.

A temática do presente trabalho demonstra-se relevante por três razões principais. A primeira é a presença universal da violência sexual nas sociedades e, especialmente, na vivência feminina, seja pela experiência realmente vivida ou pela angústia gerada pela possibilidade de vivê-la. A segunda é o contínuo debate sobre o número de pessoas vitimadas durante o Massacre de Nanquim. A terceira motivação refere-se às contínuas negociações – desde a década de 1990 – entre os governos sul-coreano e japonês sobre reparações às vítimas do Sistema de Conforto, ainda inconclusivas. A opção pelo o exame do emprego da violência sexual em zonas de conflito empregada pelo EIJ, anterior aos conflitos genocidas da década de 1990 e a popularização da Teoria do Estupro Estratégico, também mostra-se distinta.

Considerando o momento social de elaboração e apresentação deste trabalho, com a crescente vitimização xenofóbica e racista de asiáticos – dos quais mulheres são os principais alvos³ –, é necessário ressaltar que a utilização da violência sexual não está, de maneira alguma, atrelada a essas etnias e/ou nacionalidades. Como será possível observar ao longo da pesquisa, este é um fenômeno global, que vitimizou e continua vitimizando mulheres asiáticas, e que em diversos momentos, tiveram como alvos homens ocidentais.

² Termo japonês “慰安婦” romanizado, que significa “mulher de conforto”, um eufemismo para “escravas sexuais militares”.

³ Entre os meses de março de 2020 e fevereiro de 2021, 3795 casos foram reportados à ONG estado-unidense *Stop AAPI Hate*. Em cerca de 60% dos casos as vítimas eram mulheres (STOP AAPI HATE, 2021).

2. EXPLICAÇÕES PARA A VIOLÊNCIA SEXUAL

A violência sexual é um acontecimento onipresente das narrativas sobre os conflitos pré-contemporâneos. Na Guerra de Tróia (século XII a.C) descrita por Homero em “Ilíada”, Agamenon garante que caso vençam, cada grego poderá “tomar” 20 troianas (HOMERO, 1990, p.256). Nos mitos sobre a fundação de Roma, sua primeira geração de soldados sequestra e esposa mulheres de cidades vizinhas, em um episódio que ficou conhecido como “o estupro das sabinas” (BRITANNICA, 1999). No conto coreano “Yi espreita por cima da mureta”, de Kim Si-seup⁴ – um dos autores mais famosos da dinastia Joseon (1392-1897) –, a figura de Choi implora que seu raptor a mate em vez de estuprá-la (KIM, 2017, p.69).

Todavia, a violência sexual não está presente apenas na ficção. A miscigenação brasileira, exaltada visando apaziguar diferenças sócio-econômicas, não se deu de maneira voluntária: inúmeras mulheres indígenas e africanas foram violentadas por exploradores, bandeirantes, senhores de engenho e seus fâmulos (SANTOS; SALES, 2018, p.42). No Estado Livre do Congo, uma propriedade particular do Rei Leopoldo II da Bélgica entre 1885 e 1908, cerca de 10 milhões de pessoas foram assassinadas na produção de borracha e marfim. Milhares de membros de nativos foram decepados, com a “baixa produtividade” sendo o principal motivo para tal punição. No caso de mulheres e meninas, a violência sexual também era uma punição comum (THE GUARDIAN, 1999; HIRSCHAUER, 2014, p.70).

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) foi o primeiro conflito onde a violência sexual foi amplamente documentada e divulgada, perdurando durante toda a invasão da Alemanha à Bélgica. O Relatório do Comitê de Alegações Ofensivas Alemãs, publicado em 1915, citou mais de 1200 testemunhas dos crimes cometidos pelo Exército Imperial Alemão, sendo muitos desses crimes de caráter sexual. As informações apresentadas no documento foram amplamente divulgadas, traduzidas para mais de onze idiomas no mesmo ano (HIRSCHAUER, 2014, p.73).

Durante a expansão do III Reich, a violência sexual se deu descomedidamente. Mesmo com diversas leis que proibiam arianos de se relacionarem com as minorias perseguidas pelos nazistas, a violência sexual generalizou-se nos territórios ocupados. Era comum que campos de concentração tivessem prostíbulos dentro de seus limites, frequentados por guardas ou prisioneiros favorecidos, onde judias, romanis, comunistas e alemães pobres eram forçadas à escravidão sexual. Tendo como objetivo o aumento da população ariana, o

⁴ Optou-se por manter a forma original dos nomes japoneses, coreanos e chineses, apresentando primeiramente o sobrenome e seguido pelo nome de batismo. Assim, o nome do autor e os demais autores, militares e políticos citados também serão apresentados desta maneira.

governo nazista criou uma iniciativa denominada *Lebensborn*, onde mulheres – majoritariamente norueguesas, dinamarquesas e suecas – eram submetidas à gravidez forçada (WOOD, 2010, p.126; HIRSCHAUER, 2014, p.75).

Com o fim da ofensiva do Dia D na Normandia, a cidade de Le Havre foi tomada por soldados americanos, que esperavam para retornar aos Estados Unidos. No período, os casos de violência sexual e prostituição se tornaram alarmantes, com o prefeito da cidade entrando em contato com o general responsável pela base temporária diversas vezes (ROBERTS, 2013, p.10). Durante os primeiros meses da ocupação de Berlim pelo Exército Vermelho, mais de 100 mil alemãs foram violentadas, em um episódio conhecido como “o estupro de Berlim”, com a conduta dos soldados mudando apenas após o endurecimento das punições dadas aos que infringissem as normas de conduta soviéticas (WOOD, 2010, p.126; HIRSCHAUER, 2014, p.79)

Estimativas japonesas apontam que durante a ocupação de seu território pelos Estados Unidos da América, cerca de 330 casos de abuso sexual aconteceram por dia, para além do aumento da prostituição (HANLEY; CHOE; MENDOZA, 2001, p.28). Durante a Guerra da Coreia (1950-1953), o exército americano teve acesso aos distritos designados para a prostituição pelo Império Japonês, perpetuando a existência dessas instalações. As mulheres presentes nessas instalações eram, frequentemente, vítimas de escravização sexual, sendo vendidas por suas famílias ou sequestradas por proxenetas e seus colaboradores (KINDIG, 2014, p.65).

Na Guerra do Vietnã (1955-1975), durante o Massacre de Mỹ Lai, soldados norte-americanos foram responsáveis pela morte de 500 civis desarmados. A maioria deste número era composto por mulheres e crianças, estupradas e mutiladas antes de serem assassinadas (BROWNMILLER, 1995, p.103). Mais de nove mil civis foram mortos por tropas sul-coreanas durante o mesmo conflito. Os estupros foram tão frequentes que se cunhou o termo *Lai Đại Hàn* para designar filhos de uma mãe vietnamita e pai sul-coreano (AHN, 2016).

A década de 1990 ficou marcada pelos genocídios em Ruanda (1994) e na ex-Iugoslávia (1992-1995). No primeiro, a minoria tútsi foi perseguida e assassinada, com as mulheres deste grupo sendo estupradas em frente a familiares. No segundo, cerca de 20 mil mulheres e meninas foram estupradas e engravidadas por sérvios, mantidas em cativeiro até que a interrupção da gestação fosse impraticável (WOOD, 2010, p.124). Ainda em 1995, Noeleen Heyer, então diretora da ONU Mulheres, afirmou que “[...]na guerra, não há vitória para as mulheres – não importa qual lado vença. O estupro de mulheres em situações de

conflito como um ato político é uma demonstração evidente desse ponto (HEYZER, 1995 [tradução nossa⁵]).

A assídua presença da violência sexual nas mais diversas sociedades e, conseqüentemente, nos conflitos que estas se envolvem, ressalta a importância e o desafio de explicar esse fenômeno. No presente capítulo, portanto, analisa-se criticamente as vertentes que buscam compreender e elucidar a violência sexual e sua incidência em zonas de conflito. Assim, três vertentes explicativas são examinadas: (i) a vertente biológica, (ii) a vertente sociocultural e (iii) a vertente securitária.

2.1 VERTENTE BIOLÓGICA

No livro “A origem das espécies” de 1859, Darwin descreve o processo que este denomina “seleção sexual”, onde os machos da maioria das espécies luta por acesso às fêmeas. O resultado dessa luta seria a redução parcial ou total dos descendentes do concorrente sem sucesso e garantia da manutenção da prole do vencedor. O autor segue afirmando que esse seria um dos motivos para que os machos da maioria das espécies se difira fisicamente das fêmeas, sendo na maioria das vezes maiores, mais fortes e/ou contando com “armas especiais”, como os esporões dos galos e chifres dos cervos (DARWIN, 2018. p.106).

As teorias biológicas para a violência sexual tem como embasamento a lógica apresentada por Darwin em 1859. A partir destas, o estupro seria um impulso sexual fruto de um resquício evolutivo dos machos da espécie humana, que tiveram que lutar pelo acesso às fêmeas e pela manutenção de seus genes e que ainda não está adaptada à lógica consensual das relações humanas estabelecida socialmente. Alguns autores, porém, afirmam o inverso: a violência sexual seria o resultado evolutivo dos machos sem sucesso em ter acesso às fêmeas, que recorreriam ao estupro para garantirem a reprodução (GOTTSCHAAL, 2004, p.133-4).

Com a ascensão do movimento feminista e a popularização das explicações feministas para a violência sexual a partir da década de 1960, mais teorias evolutivas surgem como reação. A principal crítica feita pelos evolucionistas às teorias socioculturais é a minimização dos aspectos biológicos e evolutivos dos seres humanos, que ignoram, por exemplo, a importância do desejo sexual nesse fenômeno. Para os evolucionistas, seria necessário desenvolver uma explicação testável e universal para a violência sexual, que a vertente sociocultural falha em executar (GOTTSCHALL, 2004, p.133).

⁵ “[...]in war there is no victory for women, no matter which side wins. The collective rape of women in conflict situations as a political act is an especially egregious demonstration of this point (HEYZER, 1995)”.

Para Shields e Shields (1983, p.115), as teorias socioculturais apresentam duas explicações para o estupro: a disfunção psicológica do estuprador e o sexismo das sociedades patriarcais. Segundo os autores, a análise do estupro em outras espécies, todavia, demonstra que a violência sexual seria uma característica adaptativa da evolução da raça humana, e não necessariamente fruto da patologia (do indivíduo e/ou da sociedade) (SHIELDS; SHIELDS, 1983, p.122). Assim, partindo de uma lógica utilitarista, a violência sexual tende a ocorrer quando os possíveis benefícios gerados pelo ato (como uma nova prole) excedem as possíveis perdas (como o maior gasto de energia, já que se espera resistência da vítima). A despatologização do estupro garantiria o foco na punição adequada para os perpetradores desse crime – em oposição a ideia de reabilitação do indivíduo defendida nas teorias socioculturais –, o que aumentaria as possíveis perdas dos estupradores (SHIELDS; SHIELDS, 1983, p.132-3).

Utilizando a sociedade monogâmica estadunidense, onde mais homens do que mulheres não se casam durante seus períodos reprodutivos, e mais homens do que mulheres permanecem solteiros durante toda a vida, Thornhill e Thornhill (1983, p.142) afirmam que o estupro seria uma prática alternativa e facultativa. Os machos sem sucesso na luta contra outros machos, buscando garantir acesso às fêmeas e a descendentes estuprariam, partindo do processo de “seleção sexual” descrito por Darwin em 1859.

Lançado em 2000, o livro *“A natural history of rape: biological bases of sexual coercion”*⁶, do biólogo Randy Thornhill e do antropólogo Craig Palmer, voltou a trazer grande destaque para a explicação evolutiva para a violência sexual. Segundo os autores, a teoria desenvolvida por eles seria a primeira a explicar de maneira universal a violência sexual, mantendo a neutralidade exigida na ciência – que faltaria na vertente sociocultural (THORNHILL; PALMER, p.xiii).

No livro, Thornhill & Palmer (2000, p.98-99) comparam o comportamento humano a outras espécies, como a mosca-escorpião (que segundo os autores, também apresentam ferramentas que podem ser utilizadas para forçar a copulação) e o galo-banquiva (do qual a fêmea tem a capacidade de expelir o sêmen do macho subordinado que a tenta fecundar). Ao comparar a ave às fêmeas humanas os autores afirmam:

Vítimas de estupro humano raramente mostram muita excitação sexual e quase nunca alcançam o orgasmo. É concebível que alguns aspectos da capacidade das mulheres para o orgasmo tenham evoluído no contexto da redução da capacidade de fertilização da ejaculação de estupradores. Ou seja, a ausência de orgasmo durante o

⁶ Traduzido livremente como: “Uma história natural do estupro: causas biológicas para a coerção sexual”.

estupro pode ser uma resposta evoluída ao estupro (THORNHILL; PALMER, 2000, p.99 [tradução nossa⁷]).

Outro comportamento evolutivo das mulheres para lidarem com o estupro seria o desenvolvimento de Estresse Pós-Traumático. Segundo Thornhill & Palmer (2000, p.85), ao serem estupradas, as vítimas reconheceriam os perigos de serem estupradas e passariam a evitar situações que possibilitassem a reincidência desse evento.

A solução apresentada por Thornhill & Palmer (2000, p.179-81) para a violência sexual pode ser sumarizada em dois aspectos: (i) a conscientização dos homens jovens sobre sua herança evolutiva e o poder do desejo sexual desses indivíduos sobre eles; (ii) a conscientização das mulheres sobre os riscos associados à beleza, devendo elas estarem a par que apesar de roupas sensuais e promessas sexuais poderem atrair machos desejáveis, também podem atrair machos indesejáveis; e (iii) aumento das punições, que aumentariam os riscos e diminuiria o custo-benefício do estupro para seus perpetradores (THORNHILL; PALMER, 2000, p.164-5).

Apesar de ser a base das explicações da vertente biológica para a violência sexual, Darwin não aplicou a seleção sexual a humanos. O autor se reservou a comparar plantas à insetos e aves (DARWIN, 2018, p.107-10). Tobach e Reed (2003, p.111) criticam duramente as comparações comportamentais e biológicas feitas por Thornhill e Palmer (2003, p.99). Para as autoras, os biólogos extrapolam limites éticos e científicos do evolucionismo ao compararem comportamentos de espécies distantes dos humanos (como insetos e aves) ao comportamento humano, sem reconhecer a gritante disparidade entre os objetos de estudo. Ward e Siegert (2002, p.156) argumentam que, mesmo com as comparações imprudentes, os autores falham em mapear mecanismos biológicos nos humanos que existam de fato para facilitar ou dificultar o estupro.

Segundo Tobach e Reed (2003, p.129), as comparações entre espécies são amplamente utilizadas no campo evolucionista, mas nos estudos de comportamento, como o realizado por Thornhill e Palmer (2000, p.99), é necessário buscar espécies com relações e/ou estruturas sociais similares às humanas. E mesmo que assim, segundo as autoras, as comparações entre espécies devem ser feitas reconhecendo ambientes sociais e com responsabilidade social – o que Thornhill e Palmer (2000, p.99) falham em executar.

⁷ “Human rape victims rarely show much sexual arousal and almost never achieve orgasm. It is conceivable that some aspects of women's capacity for orgasm evolved in the context of reducing the fertilizing capacity of rapists' ejaculates. That is, the absence of orgasm during rape may be an evolved response to rape (THORNHILL; PALMER, 2000, p.99)”

Para Ward e Siegert (2002, p.156), ao buscarem desenvolver uma teoria universal, Thornhill e Palmer (2000) formulam uma ideia generalista e vaga, que não refuta a vertente sociocultural, que estes criticam duramente. Para Gottschall (2004, p.134), essa mesma generalização, presente na maioria dos trabalhos realizados por evolucionistas, não permite que essa vertente explique as diferentes formas e frequências em que a violência sexual ocorre nas diferentes sociedades, nem nos conflitos entre essas. A solução, segundo o autor, seria a incorporação de aspectos sociológicos apresentados em estudos feministas e antropológicos.

2.2 VERTENTE SOCIOCULTURAL

Mesmo com a maioria dos códigos penais do mundo reconhecendo o estupro como um crime, até meados da década de 1960, suas causas não eram amplamente estudadas. Esse fenômeno era visto como fruto de impulsos sexuais masculinos, que estes falhavam em controlar. Todavia, por vezes, era responsabilidade da vítima evitar que isso acontecesse. Essa dicotomia permitia que, legalmente, os argumentos fossem adequados conforme a vítima e o acusado (DAVIS, 2016, p.189; BROWNMILLER, 1995, p.210).

Até então, nos Estados Unidos da América (EUA), a maioria das vítimas no sistema judiciário eram mulheres brancas, enquanto a maioria dos acusados e condenados seriam homens negros (BROWNMILLER, 1995, p.213-4). A ascensão dos movimentos civis por igualdade racial e de gênero, principalmente nos EUA, teve um papel essencial no reconhecimento e combate desses padrões, percebendo a necessidade de repensar as causas dessa violência (DAVIS, 2016, p.188).

Publicado em 1975, o livro “*Against our will: men, women and rape*”⁸, da jornalista Susan Brownmiller, foi a primeira grande obra a contestar os preceitos da vertente biológica sobre o estupro. O argumento central da obra é de que o estupro não seria fruto do desejo sexual masculino, como defendido pelos evolucionistas, mas sim da vontade dos homens de subjugar as mulheres; e o estupro seria a representação máxima desse desejo (BROWNMILLER, 1995, p.15). A autora também afirma que a violência sexual não deve ser vista apenas como uma ação individual executada por mentes psicóticas; a violência sexual não é causada pela patologia psicológica e/ou mental (BROWNMILLER, 1995, p.181).

No capítulo introdutório de seu livro, Brownmiller (1995, p.11-5) aborda ideias importantes para os evolucionistas, como a origem do estupro e sua existência em outras espécies. Segundo a autora, animais acasalam em períodos determinados pelos ciclos férteis

⁸ Traduzido livremente como: “Contra a nossa vontade: homens, mulheres e estupro”.

das fêmeas, que varia entre espécies. As fêmeas teriam um papel ativo na escolha de seus parceiros, se recusando a estabelecer relações com indivíduos que julguem impróprios para a reprodução. Utilizando chimpanzés como exemplo, ela afirma que mesmo que os machos insistam após a recusa das fêmeas, eles não conseguem garantir copulações de sucesso sem a permissão das fêmeas (BROWNMILLER, 1995, p.13).

A origem do estupro, segundo Brownmiller (1995, p.14), não estaria na herança genética ou comportamental dos humanos, e sim na percepção dos homens de que eles podem forçar relações sexuais em mulheres que não os querem. Para a autora, essa percepção deveria ser entendida como uma das maiores descobertas da pré-história, junto ao fogo e ao machado de pedra bruta (BROWNMILLER, 1995, p.14-5). Ainda segundo a autora, o estupro teria uma função crítica na organização das sociedades patriarcais, sendo “um processo consciente de intimidação pelo qual todos os homens mantêm todas as mulheres em um estado de terror (BROWNMILLER, 1995, p.15 [tradução nossa⁹])”. A partir dessa lógica, a autora afirma que a subjugação feminina foi o primeiro tipo de subjugação, acontecendo antes da incidência da escravização de outros povos, por exemplo (BROWNMILLER, 1995, p.17-8).

Brownmiller (1995, p.16) também apresenta o conceito “mulher-propriedade”, essencial para compreender o papel do estupro na história. Segundo a autora, à sombra da possibilidade de serem estupradas, mulheres foram levadas às relações monogâmicas, buscando proteção e conseqüentemente, tornando-se propriedade de seus maridos (BROWNMILLER, 1995, p.16). Assim, os primeiros códigos sociais de conduta da história não viam o estupro como uma violação à mulher e sim à propriedade de seus maridos e pais. Segundo o código de conduta hebreu, por exemplo, caso uma mulher solteira fosse violentada, seu agressor deveria pagar cinquenta peças de prata ao pai da vítima como compensação pelos danos causados à sua propriedade (BROWNMILLER, 1995, p.18-9).

Em seu capítulo sobre a questão racial no que tange o estupro, Brownmiller (1995, p.210-55) reafirma ideias já defendidas pelo movimento antirracista, como os diferentes tratamentos no sistema judicial dados às vítimas e agressores de acordo com sua etnia. Negros acusados de estuprarem mulheres negras recebiam penas muito mais brandas do que negros acusados de estuprarem mulheres brancas, por exemplo (BROWNMILLER, 1995, p.216). Todavia, a autora também afirma haver uma propensão, por parte dos estudiosos progressistas, a ignorar a ocorrência da violência sexista quando o perpetrador é um homem negro e a vítima, uma mulher branca (BROWNMILLER, 1995, p.237). Brownmiller (1995,

⁹ “[...] (rape) is nothing more or less than a conscious process of intimidation by which all men keep all women in a state of fear (BROWNMILLER, 1995, p.15)”.

p.174) cita o caso de Emmett Till¹⁰ como um exemplo disso. Para a autora, mesmo que o fim do garoto de 14 anos não possa ser justificado, as atitudes dele em relação a uma mulher branca não podem ser percebidas apenas como “molecagens rebeldes”, sendo também um sintoma da sociedade machista (BROWNMILLER, 1995, p.147).

Mesmo reconhecida como um importante marco para os estudos sobre violência sexual, a obra de Brownmiller (1995) foi duramente criticada pelos intelectuais do movimento negro. Segundo Davis (2016, p.193), o livro reproduz um cenário demasiadamente comum e perigoso, onde o homem negro, vítima de diversas opressões, tem as manifestações “legítimas” de masculinidade limitadas e por isso, recorrem à atos de violência explícita. Ao utilizar como exemplo disso o caso de Emmett Till, um acontecimento emblemático no movimento antirracista, Brownmiller (1995, p.147) o coloca como apenas mais um homem machista, e não uma vítima fatal do racismo norte-americano.

Davis (2016, p.197) também ressalta que o estupro da mulher negra antecede, na história americana, o próprio linchamento do homem negro na América. O homem negro, enquanto escravizado e representando valor econômico a seu proprietário, não era castigado com linchamento, já que isso implicaria a perda de sua mão de obra. Já o estupro da mulher escravizada era uma forma comum e eficiente de castigo, que também tinha efeitos negativos sobre os homens escravizados. Entretanto, nenhuma das violências é tratada em profundidade por Brownmiller (1995, p.197-8).

As principais críticas sobre as ideias defendidas por Brownmiller (1995) e a vertente explicativa feminista para a violência sexual, todavia, são direcionadas à postura desdenhosa em relação as implicações do desejo sexual masculino nesse fenômeno. Para Thornhill e Palmer (2000, p.93), por exemplo, ao interpretar o estupro apenas como um ato de dominação, os teóricos feministas falham em explicar porque a maioria das vítimas de estupro são mulheres jovens. Entretanto, as estatísticas atuais de violência sexual demonstram o contrário: em 2019 no Brasil, 60% das vítimas tinham menos de 13 anos e mais de 85% eram consideradas incapazes de consentir (FBSP, 2020).

Os teóricos feministas enxergam a construção de um conhecimento “universal e objetivo” com grande ceticismo, observando que tal conhecimento seria concebido a partir de experiências masculinas (TICKNER, 2006, p.21). Considerando que, na área das Ciências

¹⁰ Emmett Louis Till foi acusado em 1955 de ter abusado sexualmente Carolyn Bryant, uma mulher branca, na cidade de Money, Mississippi (EUA). Aos 14 anos, Till foi linchado e sua morte gerou grande comoção no movimento antirracista. Seus assassinos morreram em liberdade e em 2008, Bryant afirmou que as acusações feitas eram falsas (CORRÊA, 2018).

Sociais, o estabelecimento de explicações absolutas para fenômenos é impraticável, a Teoria Feminista define panos de fundo para a análise da violência sexual (ELSTER, 1998, p.45).

Os estudos antropológicos têm um papel medular na construção desse conhecimento “de baixo para cima”, que considere as experiências femininas, essencial para o reconhecimento de peculiaridades nas distintas ocorrências da violência sexual (TICKNER, 21-22). Uma série de análises significativas para o presente trabalho corroboram essa premissa. Chang (1997) explora as características históricas, culturais, sociais e militares do Império Japonês e sua relação com a China ao buscar explicar especificamente os desdobramentos da ocupação da capital chinesa em 1937 pelo Exército Imperial Japonês. Contudo, a autora não deixa de reforçar que o patriarcalismo e sexismo são importantes fatores para a ocorrência do estupro em massa.

Min (2003), por sua vez, apresenta um estudo interseccional sobre o caso das escravas sexuais militares, analisando desde as motivações para a maioria coreana dentre as vítimas até o longo silenciamento das vítimas. Para o autor, a colonização japonesa da Coreia e o racismo em relação aos coreanos tiveram papéis cruciais no grande número de vítimas dessa etnia, mas a subjugação da mulher na sociedade nipônica foi crucial para o estabelecimento do sistema de conforto.

Wood (2010) examina a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a Guerra da Bósnia (1992-1995), o conflito israel-palestino (1948-) e as Guerras Civis em Sri Lanka (1983-2009), El Salvador (1979-1992) e Serra Leoa (1991-2002), buscando compreender as diferentes frequências e formas em que a violência sexual ocorre em zonas de conflito. A autora chega à conclusão de que a incidência de violência sexual durante guerras, perpassa pelo esfacelamento das instituições de controle social e o encorajamento (ou não) desse tipo de violência pelos grupos envolvidos no conflito (WOOD, 2010, p.136-7). Todavia, Wood (2010, p.132) também ressalta a importância das estruturas patriarcais para a maior ocorrência desse fenômeno.

Um argumento especialmente relevante dos teóricos feministas para o estudo da violência sexual em zonas de conflito é o fator intensificador da ação em grupo. Segundo a Brownmiller (1995, p.32-3), o estupro em grupo teria características muito mais violentas, sendo também, muito mais humilhante para as vítimas. Neste, mesmo que não estivessem inicialmente interessados, homens se sentiriam pressionados a executarem papéis hiper-masculinizados diante de seus companheiros. Em um cenário de guerra sem instituições de segurança pública, com a celebração de comportamentos violentos e hierarquias de gênero, a tênue linha entre o moral e o imoral desmorona. Afinal, as mulheres do inimigo seriam,

também, o inimigo e, portanto, devem ser subjugadas pela violência, tal como seus pais, maridos e filhos. Assim, nessas circunstâncias, os agressores teriam dificuldade de reconhecer seus próprios atos como ações que os caracterizam agressores sexuais (WOOD, 2010, p.133).

Os apontamentos de Davis (2016, p.188-215) sobre o estupro focam nas experiências das mulheres de minorias socio-econômicas (mais especificamente, mulheres negras e/ou da classe trabalhadora) nos Estados Unidos da América. No entanto, a autora ressalta o importante papel que o estupro como instrumento racista passa a ter durante conflitos. Segundo a autora

A experiência da Guerra do Vietnã proporciona um exemplo adicional do modo como o racismo pode funcionar enquanto incitação ao estupro. Uma vez que foi inculcada na cabeça dos soldados dos Estados Unidos a visão de que lutavam contra uma raça inferior, eles acabaram aprendendo que estuprar as vietnamitas era um dever militar necessário. Eram até mesmo instruídos a “revistar” mulheres com seus pênis. Tratava-se de uma política não escrita do Comando Militar dos Estados Unidos: encorajar o estupro de maneira sistemática, já que se tratava de uma arma de terrorismo de massa extremamente eficaz (DAVIS, 2016, p.175).

Para Wood (2010, p.131-2), a violência sexual é, por vezes, tolerada ou promovida para que determinado grupo atinja seus objetivos estratégicos. O estupro representa uma importante ferramenta para o estabelecimento de vínculos entre os soldados, uma válvula de escape dos terrores da guerra e um instrumento para a promoção do pânico dos inimigos. Com a utilização do estupro como mecanismo para o genocídio na década de 1990, esses argumentos voltam a tona, agora, abordados como temas de Segurança Internacional.

2.3 VERTENTE SECURITÁRIA

Como afirmado anteriormente, a década de 1990 ficou marcada pelos episódios genocidas em Ruanda e na Bósnia. No primeiro, entre abril e julho de 1994, aproximadamente 800 mil pessoas da minoria tútsi foram assassinadas pela maioria hutu (HIRSCHAUER, 2014, p.11). No segundo, na antiga Iugoslávia, entre 1992 e 1995, cerca de 30 mil civis muçulmanos bósnios foram mortos pelas forças militares sérvias. Para além da perseguição de um grupo étnico, esses episódios também partilham o emprego em larga escala da violência sexual (WOOD, 2010, p.127-8).

Em ambos os casos, as mulheres perseguidas foram violentadas diante de seus familiares, amigos e vizinhos; muitas vezes, por grupos de homens, em atos que focavam na humilhação das vítimas e na incapacidade de suas comunidades de protegê-las. No caso bósnio, há ainda mais um agravante: as mulheres desta etnia foram propositalmente

engravidadas por sérvios, que as mantinham em cativeiro até o quinto mês de gestação, impossibilitando o aborto (HIRSCHAUER, 2014, p.11; BROWN, 2012, p.12).

Esses eventos reavivaram os debates sobre a violência sexual, focando em sua presença em zonas de conflito. A Teoria do Estupro Estratégico é o resultado dessas novas análises. A partir dessa teoria, o estupro não seria mais apenas um efeito colateral da guerra, sendo compreendido como uma ferramenta útil contra inimigos e que, “apesar de executada por soldados, serviriam propósitos estratégicos maiores (GOTTSCHAAL, 2004, p.131 [tradução nossa¹¹]).”

Segundo Brown (2012, p.12), a violência sexual seria utilizada para aterrorizar, desmoralizar, humilhar e desumanizar pessoas, tendo como objetivo ganhos políticos, sociais, econômicos ou militares. Elshtain (1987, p.67) afirma que nas ideologias nacionalistas, as mulheres são transformadas em um símbolo do corpo político da nação e que, por isso, durante guerras, deveriam ser protegidas tanto quanto a própria nação. Assim, para Buss (2009, p.148), os ataques às mulheres seriam, também, um ataque ao coletivo, com grande impacto no tecido social da sociedade atacada.

Em episódios genocidas, o emprego da violência sexual foca na capacidade de manutenção da existência do grupo atacado, que se materializa no corpo feminino e sua capacidade reprodutiva. Os principais métodos em que essa violência é aplicada nesses cenários são a mutilação genital, o contágio de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e a gravidez compulsória. Esses atos, muitas vezes, garantem a exclusão das vítimas de estupro dentro de suas comunidades, estigmatizadas como vítimas ou contribuidoras do inimigo – o que também ecoa sobre seus filhos frutos de estupro (BROWN, 2012, p.12-3).

Buss (2009, p.149) afirma que a percepção da violência sexual como uma arma de guerra – ou seja, quando esta acontece sistematicamente, de maneira orquestrada ou deliberadamente permitida –, é essencial para o entendimento legal do estupro como um crime contra a humanidade. Os tribunais penais internacionais criados para o julgamento dos envolvidos nos episódios genocidas em Ruanda¹² e na ex-Iugoslávia¹³ foram os primeiros onde isso ocorreu e para Hirschauer (2014, p.13-6), isso caracterizaria um processo de securitização do tópico.

Buzan, Wæver e de Wilde (1998), a base para da argumentação apresentada por Hirschauer (2014), descrevem a securitização de um tópico como

¹¹ “rape is a tactic executed by soldiers in the service of larger strategic objectives (GOTTSCHAAL, 2014, p.131)”.

¹² Tribunal Penal Internacional para Ruanda (1994-2015).

¹³ Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia (1993-2017).

[...] o movimento que leva a política além das regras estabelecidas do jogo e enquadra a questão como um tipo especial de política ou acima dela. A securitização pode, portanto, ser vista como uma versão mais extrema de politização. Em teoria, qualquer questão pública pode ser enquadrada no espectro que vai desde não-politizado (ou seja, o Estado não lida com isso e não se torna uma questão para debate público e decisão), politizado (ou seja, a questão faz parte política pública, exigindo decisão governamental e alocação de recursos ou, mais raramente, alguma outra forma de governança comunal), até securitizado (o que significa que a questão é apresentada como uma ameaça existencial, exigindo medidas emergenciais e justificando ações fora dos limites normais do procedimento político) (BUZAN; WÆVER; DE WILDE, 1998, p.23-24 [tradução nossa¹⁴]).

A autora também afirma que esse seria um processo abrangente e intersubjetivo, sendo performativo entre as partes envolvidas e altamente dependente do endosso e da ação. O processo de um tópico se daria em quatro etapas: (i) apresentação de um tópico como uma ameaça para a existência de determinada parte; (ii) aceitação da argumentação por atores confiáveis; (iii) utilização de meios extraordinários para lidar com o tópico e (iv) dessecuritização (HIRSCHAUER, 2014, p.27).

O primeiro passo no processo de securitização de um tópico seria a apresentação deste como um problema de segurança internacional por um ator frente a uma audiência competente. A segunda etapa seria o reconhecimento e aderência desse ponto de vista pela audiência, que deve determinar que o tópico representa uma ameaça existencial. O terceiro passo seria a reação a essa ameaça, que deve empregar medidas extraordinárias para lidar com o problema. O quarto passo seria o retorno desse tópico para a esfera política após um resultado satisfatório para a audiência das medidas combativas empregadas (HIRSCHAUER, 2014, p.27-29).

O reconhecimento de um tópico como uma ameaça, segundo Buzan, Wæver e de Wilde (1998), também varia de acordo com seu setor. No setor militar, o objeto da ameaça é o Estado ou outras entidades estatais, como o Exército. No setor político, as ameaças se atrelam a princípios constitucionais, como a soberania e questões que a legitimam. Há uma série de diferentes possíveis objetos de ameaça no setor ambiental, como espécies e ecossistemas em extinção, até a conservação da temperatura do planeta (BUZAN, WÆVER; DE WILDE, 1998, p.21-23)

¹⁴ “the move that takes politics beyond the established rules of the game and frames the issue either as a special kind of politics or as above politics. Securitization can thus be seen as a more extreme version of politicization. In theory, any public issue can be located on the spectrum ranging from nonpoliticized (meaning the state does not deal with it and it is not in any other way made an issue of public debate and decision) through politicized (meaning the issue is part of public policy, requiring government decision and resource allocations or, more rarely, some other form of communal governance) to securitized (meaning the issue is presented as an existential threat, requiring emergency measures and justifying actions outside the normal bounds of political procedure) (BUZAN; WÆVER; DE WILDE, 1998, p.23-24)”.

A definição de uma ameaça para os setores econômico e social são mais complexas. O desaparecimento de empresas é esperado no sistema capitalista e por isso, é reconhecido como uma ameaça apenas se a sobrevivência da população de uma nação depende de sua existência. No setor social, os objetos da ameaça são identidades que podem ser separadas do Estado. Essas identidades, por sua vez, são suscetíveis a mudanças e alterações e que por vezes, são interpretadas como uma ameaça às pessoas que pertencem a essa identidade (BUZAN, WÆVER; DE WILDE, 1998, p.22-23).

Hirschauer (2014, p.14-6) aponta cinco aspectos do estabelecimento do Tribunal Penal Internacional para Ruanda e do Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia que os qualificam como excepcionais – uma característica fundamental para a Teoria de Securitização. Primeiramente, ambos os tribunais foram estabelecidos fora dos métodos prescritos pela Organização das Nações Unidas (ONU), quando já haviam sido reconhecidos como uma ameaça para a paz pelo Conselho de Segurança (CSNU). Estes foram os primeiros tribunais internacionais estabelecidos pela organização que visavam a punição dos indivíduos envolvidos nos episódios, e não apenas a compensação das vítimas. Sendo os primeiros tribunais *ad hoc* a reconhecer o estupro sistemático como um crime de guerra e contra a humanidade desde Nuremberg (1945-1946), estes também estabeleceram o precedente para uma corte internacional julgar crimes de guerra e crimes contra a humanidade, mesmo que estes tenham ocorrido em um conflito intra-estatal.

Para Hirschauer (2014, p.17), o estabelecimento desses tribunais foi o início de uma nova fase em como a violência sexual é percebida por Estados e Organizações Internacionais. Segundo a autora, este é o momento em que o estupro deixa de ser visto como algo intrínseco a conflitos e passa a ser percebido como, de fato, uma ameaça existencial. Como exemplo, a autora cita diversas resoluções e relatórios redigidos e debatidos no âmbito da ONU da primeira década do século XXI, como a Declaração de Windhoek e o Plano de Ação da Namíbia, de 2000, que foi a primeira a reconhecer a interseccionalidade entre mulheres, paz e segurança (HIRSCHAUER, 2014, p.17).

É necessário ressaltar que a securitização da violência sexual em zonas de conflito após os episódios em Ruanda e Bósnia defendida por Hirschauer (2014) não significa que esses crimes não ofereciam ameaça à paz internacional ou à vida antes desse processo. Como citado anteriormente, a sexualização da violência pode ser percebida em todos os conflitos, de maneiras e frequências díspares. Contudo, a percepção destes episódios como a gênese da violência sexual como um problema de Segurança Internacional, por vezes, constrange a

análise desse tipo de violência em cenários cronologicamente anteriores a partir da ótica securitária (HIRSCHAUER, 2014, p.9).

Como apresentado anteriormente, o conceito de securitização de Buzan, Wæver e de Wilde (1998), adotado por Hirschauer (2014), determina que a localização de um tópico no espectro entre não-politizado e securitizado depende da percepção dos atores (Estados, organizações internacionais governamentais, mídia etc), que pode variar entre atores e contextos, tendo como principal embasamento o discurso e a ação. Assim, não é possível traçar, de maneira geral, como o tópico da violência sexual é percebido pela comunidade internacional e, portanto, a afirmação de que o tópico é securitizado é confirmada ou não conforme a audiência que o analisa (GUZZINI, 2011, p.130).

As Teorias de Securitização do Estupro e do Estupro Estratégico dependem profundamente do reconhecimento da violência sexual como uma arma de guerra. Essa ideia, por sua vez, reafirma a posição de mulheres como vítimas e homens como violentadores ou protetores, excluindo situações que difiram das baseadas em papéis de gênero (GREEN, 2016, p.318).

O vínculo entre a conceituação da violência sexual como uma arma de guerra, a securitização do estupro e o combate deste tipo de violência, apesar de trazerem mais atenção para o tópico, podem ser limitantes para as análises sobre o mesmo. O estupro, por vezes, passa a ser visto como um problema de segurança apenas em casos extremos, como o genocídio, mesmo que esteja presente em todo e qualquer conflito armado, dificultando sua compreensão e conseqüentemente, o combate de todas as suas formas (BUSS, 2009, p.160; GREEN, 2016, p.318).

Buscando uma compreensão panorâmica dos estudos de caso explorados no presente trabalho, incorporando as diferentes vertentes de análise para a violência sexual em zonas de conflito, o próximo capítulo será dedicado ao desvelamento da sociedade japonesa. Assim, uma breve contextualização histórica será apresentada, explorando (i) o desenvolvimento militarista e nacionalista e (ii) a importância da sexualidade e dos papéis de gênero no Japão.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Desde o início do período Tokugawa, no século XVII, o Japão gozava de relativa paz e um isolamento quase absoluto. Apesar das diversas tentativas frustradas de invasões externas, muitos de seus guerreiros tornaram-se agentes de segurança pública no regime aristocrático durante este período, com a ausência de uma verdadeira ameaça inimiga (HENSHALL, 2004, p.38). A primeira metade do século XIX, com a crescente presença europeia na Ásia, anunciava mudanças regionais que as estruturas sociais e políticas japonesas pareciam não acompanhar (HENSHALL, 2004, p.66).

Em 1853, o Comandante da Marinha estado-unidense Matthew C. Perry navegou até o Japão com quatro navios movidos a vapor e fortemente armados, tendo como objetivo a abertura dos portos japoneses para o comércio internacional. A visita exibicionista de Perry generalizou o pânico entre a aristocracia Tokugawa, que resultou na assinatura de uma série de acordos comerciais desfavoráveis, permitindo a presença incontida de estrangeiros em seus portos. Esse episódio foi percebido como o epítome do fracasso do xogunato¹⁵, gerando revolta entre os líderes de outros clãs nipônicos, que orquestraram o fim do regime. Em 1868, o poder do Imperador Matsuhito¹⁶, de apenas 15 anos, é restaurado (CHANG, 1997, p.21; HENSHALL, 2004, p.67).

Mesmo com o amplo estudo da singular história japonesa, a importância das mulheres e do papel desempenhado por estas na primeira metade do século XX permanece quase inexplorado. O mesmo ocorre com os imigrantes e povos originários das colônias do Japão, como, por exemplo, os inúmeros(as) coreanos(as) e manchurianos(as) que foram para a guerra sob a bandeira do Império e trabalharam exaustivamente em minas e metalúrgicas (MIN, 2003, p.943).

Neste capítulo busca-se explorar aspectos político-sociais japoneses que, por vezes, antecedem o recorte temporal dos estudos de caso tratados (1932-1945), mas compreendidos como intervenientes no comportamento do Exército Imperial Japonês durante o período analisado. Assim, o capítulo é subdividido em duas partes: na primeira, abordam-se as causas e consequências do militarismo e do nacionalismo de extrema-direita no Japão; na segunda seção, atenta-se ao papel feminino na sociedade nipônica e a relação deste com a sexualidade.

¹⁵ Sistema político japonês vigente entre 1192 e 1867. Nesse sistema, o *xogum*, um comandante militar supremo, exercia o poder *de facto*, enquanto o Imperador seria apenas um representante da nação. Esse sistema também é conhecido como *bakufu* (HENSHALL, 2004, p.34).

¹⁶ O nome Matsuhito é o nome pessoal do Imperador Meiji. No Japão pré-Segunda Guerra, os príncipes eram referidos pelos seus nomes pessoais até a coroação, quando eram referidos apenas como “Imperador”. Após o falecimento do Imperador, um nome póstumo lhe era atribuído, fazendo relação com o período em que este havia governado (KEENE, 2002, p.706).

3.1 MILITARISMO E NACIONALISMO

A Restauração Meiji (1868) deu início à unificação e centralização do poder político em torno do Imperador. Esse processo, todavia, não foi pacífico: um conflito civil perdurou até 1869, formando também a primeira força militar nacional, o Exército Imperial Japonês (EIJ) (KUEHN, 2014, p.141). Mesmo com a restauração do poder de Matsuhito, o Japão parecia incapaz de alterar o sistema regional desfavorável estabelecido pelas potências ocidentais. Embora os legisladores opusessem-se ao aumento dos orçamentos do EIJ e da Marinha Imperial, tal como o aumento da influência dessas instituições na política nacional, reconheceram que a expansão da influência do país na Ásia seria uma forma de lidar com os obstáculos comerciais sem afetar diretamente os países colonialistas (KUEHN, 2014, p.146)

As últimas décadas do século XIX foram marcadas por uma série de reformas econômicas, sociais, políticas e militares. A Academia Militar e a Universidade Militar foram estabelecidas nesse período, buscando modernizar o Exército e a Marinha (MUNDERLOH, 2013, p.40). Essas instituições eram essenciais para a mobilização doutrinária dos soldados, onde valores patrióticos, nacionalistas e xenófobos eram amplamente difundidos (MUNDERLOH, 2013, p.39; CHANG, 1997, p.30). Após a Constituição de 1889, esses valores tornaram-se obrigatórios também na educação civil (MUNDERLOH, 2013, p.11, 51).

Chang (1997, p.20) destaca que, apesar de ser uma nova organização, o EIJ incorporou uma série de conceitos e ideias já presentes no Japão Tokugawa. O principal destes seria o código de conduta samurai, conhecido como *bushidō* (武士道)¹⁷. No Código de Ética Imperial para Soldados e Marinheiros de 1882, o primeiro Chefe do Estado-Maior do EIJ, Yamagata Aritomo, reforçou a necessidade da coragem e do sacrifício para a execução do ofício militar, sendo “o dever é mais pesado que uma montanha e a morte mais leve que uma pena” (DREA, 2009, p.52 [tradução nossa¹⁸]). O documento também reafirmava a essencialidade da obediência e submissão aos superiores, já que seus comandos derivavam das decisões tomadas pelo Imperador (DREA, 2009, p.52). Uma versão resumida era recitada por soldados e recrutas todas as manhãs até 1934 (DREA, 1989; p.336), quando estes passaram a recitar todo o documento (MUNDERLOH, 2013, p.40).

Durante o período, o Estado e a religião Shintō também se fundiram. O mito sobre a origem divina da monarquia japonesa foi difundido como fato histórico em instituições educacionais, servindo como justificativa para o poder do Imperador. Esse processo tornava

¹⁷ Optou-se pela apresentação romanizada de termos em japonês, seguido por sua escrita nos caracteres originais, explicando ao longo do texto seu significado.

¹⁸ “duty is heavier than a mountain while death is lighter than a feather.” (DREA, 2009, p.52).

Meiji, seus herdeiros e suas decisões incontestáveis, instrumentalizado também pelas estruturas estatais e seus funcionários (ZHONG, 2013, p.54; MUNDERLOH, 2013, p. 18).

A assinatura do tratado comercial de 1876 com o Reino Joseon (atuais Coreias do Norte e Sul), então protetorado da China Qing, aconteceu após a reprodução dos feitos do comandante Matthew C. Perry pela MIJ. O ato também resultou em um acordo desfavorável para uma nação enfraquecida (CHANG, 1997, p.23). No verão de 1894, os japoneses deram início à Primeira Guerra Sino-Japonesa, que acabou com a rendição da Dinastia Qing em abril de 1895. No Tratado de Shimonoseki (1895), a China reconheceu a total independência do Reino Joseon (sob tutela chinesa desde o século XVII), cedendo também a Península Liandong, Taiwan e outras ilhas em seu estreito (CHANG, 1997, p.23-4; IRIYE, 1989, p.765).

Figura 1 – Império Japonês (1870-1942)¹⁹



Fonte: (FHAO, 2014, p.143).

¹⁹ Tradução da legenda, do tom de roxo mais escuro para o mais claro: "Império Japonês em 1870; Aquisições entre 1870-1931; Aquisições entre 1932-1939; Aquisições entre 1940-1942".

Segundo Iriye (1989, p.765) o conflito foi percebido nacionalmente como inevitável e justificável: a Coreia necessitava de reformas e mudanças que a China, seu protetor, falhou em promover; seria então dever do Japão, a nação mais moderna da Ásia, o fazê-lo. A partir desse episódio, tanto a Marinha quanto o Exército passaram a gozar de maior influência política no Império, com grandes expansões em seus orçamentos sendo votados por legisladores (IRIYE, 1989, p.765). O fato de entre 1898 e 1918, militares terem ocupado o cargo de Primeiro-Ministro durante 15 anos demonstra o novo papel dado a esse setor na política (MUNDERLOH, 2013, p.6). Além disso, a vitória sobre o longevo Império Qing fortaleceu o sentimento nacionalista entre a população, que via o EIJ e a MIJ com grande estima (IRIYE, 1989, p.765; MUNDERLOH, 2013, p.5).

Aceleradamente, o novo papel atribuído ao setor militar nacional também passou a fazer parte da vida civil japonesa, principalmente entre os homens. Era comum que meninos brincassem com miniaturas de soldados e tanques, vestissem capacetes e uniformes e utilizassem reprodução de armas em madeira, como espadas e rifles (CHANG, 1997, p.29). Na escola, garotos eram constantemente lembrados do papel que deveriam desempenhar pelo bem da nação (CHANG, 1997, p.30).

Com o avanço russo sobre a Manchúria, os japoneses, que ainda digeriam o triunfo na Coreia e as injustiças comerciais causadas pelos europeus, exigiam de seus líderes um posicionamento intransigente contra os ocidentais. Lideranças locais, intelectuais e a mídia foram essenciais na disseminação da ideia de que um conflito direto contra o Czar seria a única maneira de barrar seu avanço na Ásia (MUNDERLOH, 2013, p.6-7). O fim da Guerra Russo-Japonesa (1904-1905) reafirmou a zona de influência do Império no continente, garantindo seu poder na Manchúria e na Península Coreana, que foi oficialmente anexada em 1910 (CHANG, 1997, p.24), sendo um importante momento para a autarquia almejada pelo EIJ (KUEHN, 2014, p.175)

Segundo Kuehn (2014, p.167), o impacto causado pela Guerra Russo-Japonesa foi profundo. Primeiro, porque anunciava para o ocidente a chegada de um nova potência; e segundo, porque marca o início de uma nova cultura *bushidō* no Exército Imperial, que dava ainda mais significado a subserviência e ao sacrifício em nome do líder. Após a morte de Matsuhito em 1912, Nogi Maresuke, importante figura militar do conflito, suicidou-se em uma cerimônia *junshi* (殉死), o ritual samurai de *seppuku* (切腹) de seguir seu senhor à morte (KUEHN, 2014, p.167; HENSHALL, 2004, p.100).

O tratamento dado aos soldados do Exército Imperial reflete essa cultura. Seu comandante se tornava sua figura paterna; seu sargento, sua figura materna; os recrutas

admitidos no ano anterior, seus irmãos mais velhos, e todos deveriam ser tratados com alta piedade filial (DREA, 1989, p.335-6). A violência física e verbal era habitual entre superiores e subordinados: não ter a resposta para uma pergunta, uma mancha na bota ou na baioneta eram motivos comuns para socos, tapas e xingamentos obscenos. Frequentemente, soldados recebiam ordens impraticáveis, como permanecer em guarda ininterruptamente por mais de um dia, e eram espancados quando falhassem (DREA, 1989, p.337). Essa brutalidade era aplicada transvestida como cuidado do superior para com seus subordinados, em uma tentativa de prepará-los para o combate (CHANG, 1997, p.32).

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) foi um período de importante crescimento econômico para o Império Japonês, que se tornou um significativo produtor metalúrgico e químico (NAKAMURA, 1989, p.451). O Japão entrou no conflito como aliado britânico, mas se manteve cautelosamente distante, se reservando a ocupar alguns dos territórios alemães na Ásia e Pacífico (HENSHALL, 2004, p.108). Por meio das “21 demandas” feitas à China Republicana, o governo de Ōkuma Shigenobu exigiu uma série de benefícios, dentre eles a manutenção de territórios tomados durante a guerra e maior presença na Manchúria. Além disso, uma série de favorecimentos comerciais foram requeridos, que iam contra a política de “Portas Abertas” defendida pelos EUA. A iniciativa foi mal recebida internacionalmente e na própria China, diminuindo a credibilidade de Tóquio perante o ocidente e gerando um forte sentimento anti-japonês no continente (KUEHN, 2014, p.175; KITAOKA, 1992, p.156).

O fim iminente do czarismo ainda durante a Primeira Guerra causou inquietação às potências da época, principalmente a Grã-Bretanha, que organizou uma intervenção na Sibéria junto à França e aos EUA. A iniciativa preocupou Tóquio, que temia o fortalecimento da presença desses países na região, passando a também integrar a missão (KUEHN, 2014, p.176). O regime do Exército Branco estabelecido em Vladivostok colapsou em 1920, levando os líderes ocidentais a ordenarem a retirada de suas tropas e finalizar as atividades na região. O Japão se manteve contra a decisão, permanecendo na Rússia até 1922 (KUEHN, 2014, p.179).

Durante a missão, o Exército Imperial Japonês garantiu um aumento exponencial de seu orçamento, chegando a deslocar cerca de 70 mil homens para a Rússia. Todavia, a ação gerou poucos ganhos estratégicos: externamente, os antigos aliados do Japão viam com desconfiança a insistência do Império na região; internamente, a população se revoltava contra os gastos militares e baixas causadas pelo conflito. Em 1922, o EIJ finalmente se retirou de Vladivostok (KUEHN, 2014, p.179).

Durante as negociações do Tratado Naval de Washington²⁰ (1922), limitações navais foram estipuladas aos países signatários: o Império Japonês deveria limitar seus navios de guerra a três toneladas, enquanto as marinhas dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha poderiam ter cinco (HENSHALL, 2004, p.109; KUEHN, 2014, p.179). Segundo Henshall (2004, p.109), essa decisão reforçava a ideia de desfavorecimento de Tóquio em relação ao ocidente. Enquanto o Japão havia sido um membro fundador e formal da Liga das Nações, Washington se recusou a fazê-lo. A falha em acrescentar uma cláusula contra a discriminação racial na Carta da organização, visando proteger seus cidadãos emigrantes, também se tornou uma grande fonte de ressentimento, principalmente porque no mesmo período, uma série de Atos Nacionais discriminatórios contra nipônicos foram promulgados nos EUA (HENSHALL, 2004, p.109; KITAOKA, 1992, p.160).

O fim da guerra e a reintrodução da presença americana e europeia no mercado internacional impactaram negativamente a balança comercial japonesa: ao passo que o mundo (incluindo o próprio Japão) voltava a consumir importações americanas e europeias, o mercado consumidor das exportações nipônicas diminuía (NAKAMURA, 1898, p.451). Em 1923, a região de Kantō foi atingida por um forte terremoto, seguido por tsunamis e incêndios, que destruíram Tóquio e Yokohama, importantes cidades industriais, aumentando a fragilidade econômica do país (HENSHALL, 2004, p.108).

Hirohito (1901-1989) ascendeu ao trono em 1926, dando início ao período Shōwa do Império Japonês (GLUCK, 1992, p.xi). Com a chegada da crise econômica de 1929, o iene foi desvalorizado, buscando tornar os bens japoneses atrativos no mercado internacional. A iniciativa não foi bem vista no ocidente, que ainda se recuperava da guerra, resultando na introdução de novas tarifas sobre os produtos nipônicos. O novo boicote comercial, somado à exclusão diplomática desde 1922 fortaleceu o sentimento nacionalista e anti-ocidente no Japão, que continuava expandindo suas colônias na Ásia, se preparando para o conflito iminente contra seus antigos aliados (KOSAKA, 1992, p.29; MUNDERLOH, 2013, p.10).

Apesar disso, setores econômicos estratégicos continuaram crescendo, como as engenharias mecânica e naval (MUNDERLOH, 2013, p.9). Assim, o crescimento econômico do Japão permaneceu relevante, principalmente para os índices internacionais do período. Entre 1913 e 1938, a média da taxa de crescimento do PIB dos EUA foi de 1,1% e da Grã-Bretanha, 0,7%; no mesmo período, o crescimento japonês chegou a 3,9% (NAKAMURA, 1989, p.453). Para Nakamura (1989, p.453), o contexto econômico nacional

²⁰ Também chamado de Tratado das Cinco Potências por envolver EUA, Grã-Bretanha, França, Itália e Japão.

do período pode ser percebido como a base material das políticas do expansionismo militar que ocasionariam a Guerra do Pacífico (1941-1945).

Em 1931, soldados japoneses insatisfeitos com a política externa adotada por Tóquio causaram explosões próximas à Ferrovia da Manchúria do Sul, essencial para o escoamento de matérias-primas da região. À época, acreditava-se que se tratava de uma ação anti-nipônica dos locais e para a retaliação, o EIJ mobilizou seu contingente presente no continente, fundando o país-fantoches Manchukuo no ano seguinte (MUNDERLOH, 2013, p.20). O ocorrido teve grande influência no consciente nacional, que apoiou o isolamento decisório do Exército Imperial, para que o Japão alcançasse seu destino como líder regional (MARUYAMA, 1969, p.27; MUNDERLOH, 2013, p.21).

No ano seguinte, o então Ministro de Relações Exteriores, Uchida Kosai, afirmou perante a Dieta Nacional que o “Japão não renunciaria a um único centímetro do território conquistado, mesmo que o país fosse reduzido a cinzas (KITAOKA, 1992, p.162 [tradução nossa²¹])”. Após sua retirada da Liga das Nações em 1933, o conceito de pan-asiatismo tornou-se cada vez mais comum na política externa do Japão, que defendia a aliança com a China e Manchukuo para o desenvolvimento da região – sem a intervenção ocidental (KITAOKA, 1992, p.163; KAWAI, 1938, p.94).

A publicação do livro “Princípios cardinais da estrutura nacional” (国体の本義 [*Kokutai no Hongi*]) pelo Ministério da Educação no início de 1937 reafirmava essa ideia. O conceito de *kokutai* (国体) permeia a sociedade nipônica desde a pré-história, significando de maneira literal “corpo nacional”, que por sua vez, representa as características e a identidade da nação (KITAGAWA, 1974, p.209). Na obra, entretanto, o termo simbolizava a superioridade do Japão em relação aos demais países asiáticos. O conceito de *hakkō ichiu* (八紘一宇) – que significa “oito cordas, um telhado” – também é apresentado, sendo uma metáfora para o movimento pan-asiático e o novo sistema regional que surgiria a partir deste, sob a liderança do Império Japonês, justificando seu expansionismo (MCCLAIN, 2002, p.470). O governo obteve sucesso na difusão do panfleto entre civis, tornando sua leitura obrigatória em todas as instituições educacionais do Império a partir do ensino fundamental, sendo a base ideológica do imperialismo nipônico no século XX (MUNDERLOH, 2013, p.74).

Após uma série de breves desentendimentos entre chineses e japoneses na região de Pequim durante toda a década de 1930, o Incidente da Ponte Marco Polo (1937) marcou o

²¹ “Japan should not concede an inch of what had been gained in the Manchurian Incident even should the country be burnt to the ground (KITAOKA, 1992, p.163)”.

início do prenunciado conflito entre Tóquio e a China (MAGNO, 2018, p.74). Segundo Kitaoka (1992, p.165), tanto o Primeiro-Ministro Konoe Fumimaro, quanto o Ministro de Relações Exteriores Hirota Koki demonstraram pouco interesse em solucionar o conflito diplomaticamente, se recusando a negociar com o governo nacionalista de Chiang Kai-Shek.

Rapidamente, o conflito escalonou para uma guerra total contra a China. Em 1938, o Ato de Mobilização Nacional foi promulgado, dando início a um período ainda mais autoritário. A nova lei mobilizou toda a sociedade japonesa para a guerra, com o governo controlando setores econômicos estratégicos (como a metalurgia e a mídia) e a garantir orçamentos ilimitados para o Exército e a Marinha Imperiais. O Ato também garantiu o direito do governo japonês de convocar qualquer pessoa para a execução de qualquer serviço essencial para a manutenção das cadeias de suprimento, sem a garantia de que estes seriam bonificados (MUNDERLOH, 2013, p.74).

Entre Pequim (1937) e Pearl Harbor (1941), o contingente do Exército Imperial Japonês cresceu 117%; entre 1941 e 1945, 193% (DREA, 2009, p.235). Durante esse período, tanto o EIJ quanto a MIJ desfrutavam de grande poder político, eficientemente impedindo que legisladores que se opunham ao conflito chegassem à Dieta Nacional, o que permitiu que as decisões estratégicas das instituições fossem acatadas por Tóquio com alarmante frequência (KITAOKA, 1992, p.165).

O resultado da guerra – que se iniciou contra a China (Segunda Guerra Sino-Japonesa [1937-1945]), mas que se tornou também contra as forças Aliadas (Guerra do Pacífico [1941-1945]) – foi trágico. Mais de 2 milhões de militares e 700 mil civis japoneses morreram; dessas mortes, cerca de 200 mil acarretadas pelas bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki (AWM, 2022; HENSHALL, 2004, p.134). Cerca de 5700 nipônicos foram julgados por crimes de guerra; cerca de 4 mil foram considerados culpados (WILSON et al, 2017, p.14). Seis generais e um político foram condenados à força por crimes de guerra classe A, B e C²², incluindo Matsui Iwane, responsável pelo Massacre de Nanquim (1937-1938) (WILSON, 2017, p.76).

Durante os períodos Meiji (1868-1912), Taishō (1912-1926) e Shōwa Imperial (1926-1945), com a constante expansão militar e crescimento econômico, o papel feminino na sociedade japonesa sofreu alterações. Por vezes, essas mudanças ocorreram sob estímulo do governo, buscando submeter as mulheres aos objetivos nacionais; em outros momentos, essas

²² Crimes de guerra de classificação A referem-se às violações contra pessoas que necessitam de atenção especial, como crianças, grávidas, idosos e feridos; os de classificação B referem-se aos cometidos contra agentes de ajuda humanitária; os de classificação C caracterizam violações referentes à propriedade (UN, 2022).

transformações resultaram da oposição a essa movimentação, como será examinado na próxima seção do capítulo.

3.2 GÊNERO E SEXUALIDADE

A filosofia confucionista chinesa passou uma forte influência na cultura japonesa a partir do século V, intensificando-se a partir do século VIII. Sob essa ótica, uma mulher deveria seguir seu pai antes de se casar, seguir seu marido enquanto casada e seguir seu filho quando viúva (YONEMOTO, 2016, p.23). Sua lealdade a seu marido deveria ser semelhante à lealdade de um súdito paracom seu líder, uma equiparação fundamental para a formação do Estado-família, onde o Chefe de Estado é também o patriarca (SEKIGUCHI, 2003, p.27-9; MACKIE, 2003, p.22).

Esses aspectos continuaram a permear o Japão Tokugawa (1603-1868). Apesar de fazerem parte da aristocracia, as mulheres samurais, por exemplo, tinham como principal obrigação a produção de herdeiros homens. A condição financeira de suas famílias não era condizente com o *status* dessa parte da aristocracia japonesa e por isso, era comum que estas executassem tarefas domésticas e fossem as principais responsáveis pelo cuidado de seus descendentes. Mesmo assim, as decisões relacionadas à vida de seus filhos não perpassava pela aprovação de suas mães (SIEVERS, 1983, p.4; YONEMOTO, 2016, p.14).

A educação formal feminina foi, por muito tempo, impedida sob a argumentação de que mulheres seriam propensas à irracionalidade e malevolência – algo também presente nas sociedades ocidentais (SIEVERS, 1983, p.5). Todavia, na sociedade japonesa, essa concepção seria fruto da ideia de *yin* e *yang* confucionistas, a partir da qual homens e mulheres carregariam características opostas e imutáveis: os homens teriam a vigorosidade, calor e clareza de *yang*, enquanto as mulheres teriam a passividade, frieza e escuridão de *yin* (DU; MANN, 2003, p.222; RYANG, 2006, p.74).

A inserção internacional do Japão a partir de 1868 suscitou uma série de críticas das potências colonialistas ao Império, que por vezes, caracterizavam o país como incivilizado por seu tratamento às mulheres. As iniciativas tomadas no início do governo de Matsuhito buscavam silenciar essas críticas, mas sem abrir margem para verdadeira participação das mulheres nas mudanças estruturais que ocorriam nas primeiras décadas do período Meiji (1868-1912) (SIEVERS, 1983, p.10).

Em 1872, a obrigatoriedade da educação básica foi instituída, com a inclusão de meninas no decreto. As mensalidades das instituições de ensino, todavia, impediam que as

famílias matriculassem seus filhos e filhas, com a priorização da educação dos meninos (ANDERSON, 2010, p.129). No mesmo ano, o governo japonês decretou o fim de todas as formas de escravidão para seus cidadãos, acarretando também no fim da prostituição forçada, onde era comum que filhas fossem vendidas para a escravização sexual. Uma surpreendente decisão do governo Meiji foi a garantia de igualdade de direitos entre esposas e concubinas (e seus respectivos filhos), o que permitia, de maneira velada, a poligamia – repudiada no ocidente (SIEVERS, 1983, p.13).

A década de 1870 também foi marcada pelo encorajamento governamental para a participação de mulheres na crescente indústria têxtil. Esse tipo de trabalho era publicitado como apenas uma fase na vida de jovens solteiras das áreas rurais, que poderiam ajudar as finanças de suas famílias antes de se casarem (SIEVERS, 1983, p.55-6). Os baixos salários e as condições de trabalho precárias eram justificadas pelas baixa escolaridade e falta de experiência dessa parcela da sociedade, que até o fim do período Meiji, foi responsável por aproximadamente 60% da produção tecelã do Japão (NOLTE; HASTINGS, 1991, p.153).

A década anterior à promulgação da Constituição Meiji (1890) contou com crescente presença feminina na esfera pública. As mulheres das áreas rurais se tornaram uma importante fonte da força de trabalho da indústria têxtil, organizando greves e manifestações por melhores condições de trabalho. As mulheres de famílias aristocráticas ou mercantes também passaram a se organizar, advogando pelo direito ao voto, mudanças nas normas referentes ao divórcio e acesso a currículos educacionais sem distinção por gênero (SIEVERS, 1983, p.51-2).

Ambas as frentes do movimento foram fortemente reprimidas. A Constituição de 1890, além de ignorar o acesso de mulheres ao voto (mesmo que essas fossem proprietárias de terras e pagassem impostos), também impedia o envolvimento feminino em qualquer esfera política. Organizar ou fazer parte de uma associação listada como política, tal como atender a um evento classificado como político, poderia fazer com que uma mulher fosse multada ou presa (SIEVERS, 1983, p.52; NOLTE; HASTINGS, 1991, p.154-5). Mesmo assim, manifestações contra o Artigo 5 foram organizadas, garantindo o direito feminino de frequentar a galeria de observadores da Dieta Nacional (SIEVERS, 1983, p.53).

A intensificação do nacionalismo após a Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-1895) trouxe consigo uma forte tendência ao conservadorismo, intrinsecamente anti-feminista. Para Sievers (1983, p.103), o Japão do fim do século XIX seria uma mistura dos costumes do período Tokugawa com instituições prussianas, onde os pequenos avanços feitos em relação aos direitos maritais e educacionais eram fortemente atacados. Em 1899, todas as prefeituras

foram obrigadas a ter ao menos uma escola de ensino médio feminina, onde as frequentadoras deveriam receber as ferramentas necessárias para se tornarem “boas esposas e sábias mães” (SIEVERS, 1983, p.112). A partir desse momento, o epicentro da existência das mulheres japonesas de média e alta classes passa a ser o Império, seja como mães de soldados ou professoras patriotas (SIEVERS, 1983, p.113).

O sistema de prostituição também sofreu alterações durante o período Meiji. Antes do século XX, prostitutas deveriam estar registradas e atribuídas a proxenetas; elas também deveriam ser submetidas a inspeções médicas periódicas, para evitar o contágio de doenças venéreas. Sob essas circunstâncias, uma profissional poderia retrair seu registro apenas com a permissão do proxeneta responsável por ela (GARON, 1993, p.712). A prostituição licenciada era permitida em localizações pré-determinadas pelo governo; prostitutas sem registros ou que fossem encontradas fora dos estabelecimentos ao qual estivessem atribuídas eram retidas pela polícia, submetidas a exames médicos e multas (TERAZAWA, 2018, p.127).

Em 1901, a Associação de Mulheres Patriotas foi fundada, em uma tentativa de oferecer apoio ao Império e amparo às mulheres que perdiam seus filhos e maridos na guerra. A organização contava com forte suporte do governo, tendo como base o papel social feminino estabelecido pela Constituição de 1890 e sendo administrada pelos patronos deste. Ao final da Guerra Russo-Japonesa (1904-1905), a entidade contava com 60 mil membros; no fim da Primeira Guerra Mundial, o número de sócias superava a marca de 1 milhão (SIEVERS, 1983, p.115).

A conspiração para o assassinato de Matsuhito em 1910, com a participação da anarquista Kanno Suga (1881-1911) intensificou a repressão dos movimentos vistos como subversivos, entre eles o socialista e feminista. Impedidas de se organizarem politicamente, mulheres contrárias à doutrina de “boas esposas; sábias mães” passaram a utilizar a literatura para veicular suas ideias (SIEVERS, 1983, p.165). Hiratsuka Raichō (1886-1971) fundou em 1911 a *Bluestocking*²³, a primeira revista literária escrita, editada e lida por mulheres. O objetivo inicial de Hiratsuka era conectar as leitoras com diferentes formas artísticas, para que estas pudessem refletir sobre si e se expressarem (SUZUKI, 2010, p.10). Ao abordar temas como sexo, casamento por amor e relacionamentos homossexuais, o periódico foi visto como radical pela sociedade nipônica, com as responsáveis pela publicação sendo escrutinadas e perseguidas (SUZUKI, 2010, p.29).

A “nova mulher” que emerge em 1920 estaria altamente ligada às ideias apresentadas na *Bluestocking*. A expressão individual, com a exploração dos desejos pessoais relacionados

²³ Que significa, literalmente, “meia-calça”.

ao trabalho, ao casamento, à sexualidade e à independência financeira, parecia algo extremo em uma sociedade onde a norma seria a supressão da individualidade em prol do coletivo – primeiro em relação à família e segundo em relação à nação (MACKIE, 2003, p.48). Mesmo que criação de instituições educacionais femininas não pretendesse o estabelecimento dessa nova consciência, a vida pública se torna cada vez mais comum para as japonesas, que passaram a se tornar enfermeiras, professoras e escritoras (MACKIE, 2003, p.45).

O Artigo 5 da Constituição sofreu alterações em 1922, permitindo que mulheres frequentassem e organizassem eventos políticos. A mudança, apesar de celebrada, ainda parecia mínima quando comparada ao novo sufrágio universal garantido aos homens do Império, que podiam votar, integrar partidos e se candidatar a cargos públicos – direitos negados à parcela feminina da sociedade (MACKIE, 2003, p.60-1). O resultado foi a criação da Liga para o Sufrágio Feminino em 1924, responsável por petições à Dieta Nacional em defesa do voto feminino em 1927, 1929, 1930 e 1931 (MACKIE, 2003, p.61).

Após o Incidente na Manchúria em 1931, a autarquia japonesa mostrou-se essencial para a realização dos objetivos de Tóquio. A imprescindibilidade de soldados para a constante expansão do Império levou o governo Shōwa a intensificar a propaganda em torno da maternidade (MACKIE, 2003, p.105). Segundo Suzuki (2010, p.108), o termo *boseiai* (母性愛), que significa “amor materno”, surgiu no fim da década de 1920, sendo amplamente usado nas décadas seguintes. O amor materno, a partir desse momento, deixa de representar o sentimento de uma mãe em relação a seu filho ou sua filha, e passa a ser tratado como uma característica intrinsecamente feminina, carregada por todas as mulheres – sejam elas mães ou não.

O controle sobre a reprodução feminina, que já era amplamente executado desde o período Tokugawa, tomou novas formas. Além do endurecimento das punições dadas àquelas que performassem abortos ou utilizassem métodos contraceptivos, o governo Shōwa deu mais ênfase à saúde pública relacionada à reprodução e a saúde de gestantes, garantindo médicos e parteiras para mulheres de classes socio-econômicas mais baixas (TEREZAWA, 2018, p.227). Uma série de leis trabalhistas que visavam a proteção de grávidas, puérperas e crianças também vigoraram nesse período, visando expandir a população japonesa (MACKIE, 2003, p.76). Mesmo buscando aumentar seu contingente militar e sua força de trabalho, normas sociais relacionadas à castidade feminina perduraram; mulheres apropriadas para o casamento e reprodução deveriam manter esse “atributo” enquanto solteiras (SOH, 1996, p.1228).

Ao passo que a manutenção deste costume era defendida para parte das mulheres do Império, o contrário era determinado para as “inadequadas” para a reprodução. A prostituição,

apesar de percebida como infame, também era compreendida como parte essencial da sociedade, visto que “boas esposas” seriam incapazes de satisfazerem os desejos sexuais de seus maridos. Assim, prostitutas seriam inaptas ao casamento e à concepção (TERAZAWA, 2018, p.127). Com a Lei Nacional de Eugenia de 1940, o aborto e a esterilização de mulheres com doenças que representassem algum perigo para a gestação de crianças saudáveis – incluindo doenças venéreas, muito comum em prostitutas à época – foram permitidos (MACKIE, 2003, p.113). A Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937-1945) também intensificou a prática dos Exército e da Marinha Imperiais de levar consigo um grupo de prostitutas japonesas, para que elas servissem aos soldados. Yoshimi (1995, p.54) cita o testemunho de um combatente na Manchúria, que referia ao grupo como “Exército de Garotas”.

O início do conflito contra a China em 1937 também marca a retomada da valorização do trabalho feminino. Com o grande deslocamento de homens para a frente de guerra, tanto a agricultura quanto a produção têxtil e metalúrgica dependiam dessa mão de obra. No período, Tóquio foi eficiente na mobilização de trabalhadoras em todo o Império, submetendo coreanas e taiwanesas a longas jornadas laborais – sem os direitos previamente concedidos às japonesas (MIN, 2003, p.943; SOH, 1996, p.1228). A expansão japonesa na China e o recrutamento forçado de colonos estão estreitamente ligados ao Massacre de Nanquim e ao estabelecimento do Sistema de Conforto, dois momentos em que a violência sexual foi empregada por forças militares do Japão – que serão analisados no próximo capítulo.

4. ESTUDOS DE CASO

O presente capítulo tem como objetivo central a investigação de dois momentos em que a violência sexual foi empregada pelo Exército Imperial Japonês: o Massacre de Nanquim (1937-1938) e o Sistema de Conforto (1932-1945). O primeiro deles, também conhecido como o Estupro de Nanquim, ocorreu entre dezembro de 1937 e janeiro de 1938, na então capital da República da China. Durante seis semanas sob a ocupação japonesa, pelo menos 200 mil pessoas foram assassinadas e 80 mil foram estupradas (CHANG, 1997, p.102). Diversos comandantes do EIJ foram julgados e condenados pelo episódio durante o Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente (1946-1948), incluindo Iwane Matsui, responsável pelo Exército Japonês para a China Central e a tomada de Nanquim (CHANG, 1997, p.39).

O segundo estudo de caso se refere à escravização sexual executada pelo EIJ entre 1932 e 1945. Cerca de 100 mil meninas e mulheres foram mantidas nas “estações de conforto”, como ficaram conhecidas as instalações onde soldados japoneses estupravam coreanas, chinesas, filipinas e holandesas. As vítimas do Sistema de Conforto são comumente referidas como “mulheres de conforto” (significado literal para o termo japonês *ianfu* [慰安婦]), que também é adotado no presente trabalho (SOH, 2008, p.69). Reconhece-se, todavia, de que o termo era utilizado inicialmente para se referir às prostitutas que acompanhavam tropas nipônicas consensualmente e que, por isso, falha em traduzir a violência a qual essas mulheres foram submetidas (LYNCH, 2019).

Busca-se, nas próximas seções do capítulo, identificar similaridades e discrepâncias nos modos de operação adotados pelo Exército Imperial Japonês em Nanquim e no Sistema de Conforto, no que tange o emprego da violência sexual. Procura-se, também, desvelar as possíveis motivações e os objetivos para a utilização deste tipo de violência nos estudos de caso examinados.

4.1 MASSACRE DE NANQUIM

Após o incidente na ponte Marco Polo em Pequim no verão de 1937, o exército japonês chegou a Xangai rapidamente. Esperando um curto conflito, os japoneses se viram presos nas trincheiras urbanas por meses. Mesmo sendo tecnologicamente superior aos chineses, o EIJ foi obrigado a mobilizar suas forças já ativas no continente e as reservas no Japão. Os homens de Chiang Kai-Shek se retiraram da cidade no fim de novembro, mas para os japoneses, o resultado da guerra até aquele momento era considerado um fracasso: para

além das 40 mil baixas, o conceito de superioridade nipônica deixou de parecer absoluto (MAGNO, 2018, p.86-87).

Mesmo sem o apoio de Tóquio e sem os suprimentos básicos necessários para missão, os comandantes no continente optaram por seguir rumo a Nanquim. A cidade não fazia parte dos planos de resistência chineses, sendo tomada no dia 13 de dezembro de 1937 (MAGNO, 2018, p.87). Até o fim do mês seguinte, no mínimo, 200 mil pessoas foram assassinadas, entre soldados e civis. Há ainda, estimativas baseadas em registros de enterros no período, que elevam as fatalidades locais para cerca de 600 mil (CHANG, 1997, p.102).

Os soldados chineses que permaneceram em Nanquim, exaustos, feridos e confusos, tinham na cooperação com os japoneses suas últimas esperanças; eles foram o primeiro alvo. O número de soldados chineses era três vezes maior ao número de japoneses e buscando evitar revoltas e rebeliões dos locais, estes foram feitos prisioneiros (MAGNO, 2018, p.12; CHANG, 1997, p.43). Todavia, a escassez de mantimentos teria feito com que a abordagem fosse alterada, e assim, todo soldado chinês encontrado passou a ser morto (CHANG, 1997, p.40-41; 82). Vários métodos foram empregados, como a espada, baioneta, arma de fogo, afogamento, sufocamento, mas nenhum pareceu eficiente suficiente para a carnificina empreendida pelo EIJ, que desejava ganhar tempo para se reorganizar (CHANG, 1997, p.45-46).

Tendo lidado com a possibilidade de resistência local, o estupro aconteceu de maneira generalizada em Nanquim. Um soldado do 119º Batalhão do EIJ afirmou que: “As mulheres foram as que mais sofreram. Não importava quão jovens ou idosas, elas não podiam escapar do destino de serem estupradas (CHANG, 1997, p.49)”. Existem inúmeros relatos que corroboram essa afirmação, com vítimas que chegando a ter mais de 80 anos. Quando uma senhora de mais de 60 anos tentou convencer soldados do EIJ de que estaria “velha demais para sexo”, os soldados introduziram um bastão em sua vagina (CHANG, 1997, p.91).

Segundo Chang (1997, p.91), o tratamento dado às meninas chinesas era ainda pior:

Meninas eram estupradas de maneira tão brutal que algumas não conseguiam andar por semanas. Muitas precisaram de cirurgia; outras faleceram. Testemunhas chinesas viam japoneses estuprarem meninas com menos de dez anos de idade em vias públicas e depois cortá-las ao meio com suas espadas. Em alguns casos, os japoneses cortaram as vaginas de meninas pré-adolescentes para violá-las mais eficientemente (CHANG, 1997, p.91, [tradução nossa²⁴]).

²⁴ “Little girls were raped so brutally that some could not walk for weeks afterwards. Many required surgery; others died. Chinese witnesses saw Japanese rape girls under ten years of age in the streets and then slash them in half by sword. In some cases, the Japanese sliced open the vaginas of preteen girls in order to ravish them more effectively (CHANG, 1997, p.91)”.

Os japoneses mantinham capturas sistemáticas de mulheres, vasculhando toda a região com esse único objetivo. A Zona Segura de Nanquim, uma área desmilitarizada estabelecida por estrangeiros e um importante refúgio para civis, era regularmente invadida por soldados, que sempre deixavam o local com as mulheres que desejassem (CHANG, 1997, p.90-91; BROWNMILLER, 1995, p.58). Com o tempo, possíveis vítimas se tornaram escassas. Assim, dezenas de meninas e mulheres foram mantidas em cativeiro com o único propósito de serem estupradas por soldados. Uma adolescente de 15 anos relatou ter permanecido em cativeiro por um mês e meio, violentada mais de três vezes por dia. Seus raptos apenas deixaram de o fazer quando ela ficou demasiadamente doente (CHANG, 1997, p.93).

Brownmiller (1995, p.60-61) aponta Nanquim como o segundo²⁵ maior caso de uso de violência sexual em zona de guerra, em número de vítimas. Estimativas apontam para cerca de 80 mil mulheres e meninas. Todavia, como nos demais cenários em que esse tipo de violência ocorre, a determinação do número de vítima é complexa, já que essas, quando sobreviventes, sofreriam demasiado preconceito e julgamento e por isso, permanecem em silêncio (CHANG, 1997, p.53). Outro fator, já específico de Nanquim, é que o próprio modo de ação tinha como objetivo dificultar que denúncias fossem feitas. A ordem dos generais japoneses em campo era que, caso estupassem, executassem as vítimas após o ato (CHANG, 1997, p.49).

Os métodos utilizados foram inúmeros e imensuravelmente brutais. O estupro e o estupro coletivo seguido de assassinato foi o método mais comum; os atos, quase sempre, ocorriam na frente de conhecidos. O estupro também era acompanhado da mutilação genital: objetos, como espadas, garrafas, bambus e até fogos de artifício, eram introduzidos nas vaginas das vítimas com frequência (CHANG, 1997, p.92-95). Na maioria dos casos relatados, os familiares também eram forçados a participar desse tipo de violência contra suas próprias irmãs, filhas e mães (CHANG, 1997, p.95). Chineses celibatários também foram alvo de inúmeras torturas em Nanquim: um monge budista, que se recusou a estuprar uma jovem na presença de soldados do EIJ teve seus testículos decepados e morreu devido à hemorragia (CHANG, 1997, p.95)

Em *“The Rape of Nanking”*²⁶, Iris Chang (1997) aponta três fatores que possibilitaram que o episódio acontecesse: (i) a cultura militar do EIJ, (ii) a xenofobia contra

²⁵ O primeiro sendo o caso das mulheres bengali na invasão de Bangladesh pelo Paquistão em 1971 (BROWNMILLER, 1995, p.60-61)

²⁶ Traduzido livremente como “O Estupro de Nanquim”.

chineses e (iii) a Batalha de Xangai. Segundo a autora, nas instituições militares, os soldados eram tratados com demasiada violência por seus superiores, que justificavam seus atos como métodos de preparação para o combate. Dentro dessas instituições, ideias já presentes em toda sociedade civil eram aprofundadas, como os conceitos de superioridade nipônica e destino divino do Império. Essa mistura, segundo Chang (1997, p.32, 55), justifica perante os próprios soldados a violência que eles exerciam quando estavam em campo.

Era comum que características como pouco-confiáveis, traidores e mesquinhos fossem atribuídas aos chineses por membros de instituições estatais japonesas (MAGNO, 2018, p.73; CHANG, 1997, p.30). Segundo Yoshida (2006, p.11), o serviço de vigilância ligado à opinião pública no Japão trabalhou exaustivamente para que a sociedade japonesa acreditasse que existia um movimento anti-japonês na China, que estaria colocando a vida de seus cidadãos e negócios no país em risco (YOSHIDA, 2006, p.11-12). Tudo isso parecia justificar, para os soldados e a sociedade civil, o cruel tratamento dado aos chineses: durante o deslocamento para Nanquim, um jornal noticiou, com tom humorístico, que dois tenentes competiam para saber quem matava mais locais (CHANG, 1997, p.56; YOSHIDA, 2006, p.16).

Antes de chegar a Xangai, o Exército Imperial Japonês havia tomado Pequim em apenas um dia, esperando um resultado similar no novo alvo. Não seria apenas uma questão ligada à crença de uma superioridade racial ou divina japonesa, mas ao conhecimento de que o Japão, de fato, tinha maior capacidade ofensiva. Por isso, o resultado – com 300 mil soldados envolvidos e 40 mil baixas – do segundo ato do conflito foi interpretado pelo EIJ como um fracasso. Assim, a marcha à Nanquim deixou de ser apenas a continuidade da missão empreendida desde o início do conflito e passou a ser vingança da vergonha e humilhação causada pelos chineses (CHANG, 1997, p.34; MAGNO, 2018, p.82).

As formas como a violência sexual foi empregada em Nanquim podem ser associadas aos mecanismos utilizados no genocídio tútsi em Ruanda. Em ambos, os atos focaram no sofrimento e na humilhação das vítimas perante suas comunidades, fazendo com que seus familiares e conhecidos assistissem e/ou engajassem nas atividades (CHANG, 1997, p.92-95; BROWN, 2012, p.12). Segundo a Teoria do Estupro Estratégico, em episódios genocidas, a violência sexual seria mais uma forma de inibir a reestruturação e manutenção da sociedade atacada, que excluiria as vítimas deste tipo de violência (NORDSTROM, 1996, p.xx). Mesmo havendo similaridades entre os métodos adotados pelo EIJ e os *modi operandi* adotados em extermínios xenófobos, não é traçar ganhos políticos, econômicos e/ou militares a partir do ocorrido em Nanquim.

Sendo um importante centro urbano na Ásia, Nanquim tinha uma grande população estrangeira, essencial na divulgação dos ocorridos na cidade para o resto do mundo. A reação internacional aos crimes perpetrados pelo EIJ foi alarmante: o próprio General Iwane Matsui, responsável pela frente do Exército na China Central, expressou seu descontentamento e tristeza com os feitos de seus soldados no *The New York Times* (CHANG, 1997, p.51). Isso, somado aos surtos de doenças venéreas que acometiam militares japoneses, tornou o Japão mais cauteloso em relação à violência sexual. Dessa maneira, o Sistema de Conforto, que já existia no continente desde o início da década de 1930, foi expandido, com mulheres sendo cooptadas em todo o Império (CHANG, 1997, p.52).

4.2 MULHERES DE CONFORTO

O ano de 2022 marca três décadas desde o início das “Demonstrações de Quarta-Feira” (수요 집회, *suyo jip-we*). Os protestos foram iniciados em 1992 na capital da República da Coreia, um ano após as primeiras mulheres concederem depoimentos públicos sobre os anos que passaram como escravas sexuais, em uma tentativa de garantir que o governo japonês reconhecesse a existência das estações de conforto e indenizasse as vítimas (SOH, 1996, p.1235).

A primeira estação de conforto foi estabelecida em 1932, em Xangai, na base japonesa da cidade. No início, as estações funcionavam como bordéis, com mulheres que optavam por trabalhar nesses lugares, e apenas soldados japoneses poderiam ser clientes (YOSHIMI, 1995, p.50). Em 1933, uma “Estação de Prevenção Contra Doenças e Higiene” foi estabelecida em Pingquan, também na China, para atender a 14ª Brigada do EIJ. No local, trabalhavam 35 coreanas e 3 japonesas, e um médico do Exército examinava essas mulheres com frequência (YOSHIMI, 1995, 53).

Segundo Yoshimi (1995, p.50), em primeiro momento, a principal motivação para o estabelecimento das estações de conforto seria a saúde dos soldados. Apesar de, à época, existirem formas rudimentares de proteção contra doenças sexualmente transmissíveis (DST), os soldados tendiam a não seguir as orientações sanitárias oficiais do Exército Imperial. Muitas das atividades sexuais exercidas pelos soldados eram conduzidas em grupo (que frequentavam os mesmos bordéis e também estupravam em grupos), ocasionando surtos de doenças venéreas (YOSHIMI, 1995, p.54; AZENHA, 2017, p.25)

Após o início da Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937-1945), mais de um milhão de homens do Exército Imperial Japonês foram enviados à China; o maior contingente que o EIJ

já havia estacionado em um mesmo território estrangeiro (YOSHIMI, 1995, p.55; TANAKA 2002, p.13). Ainda que, com o escalonamento do conflito, ordens para a construção de estações de conforto já houvessem sido dadas, a reação internacional ao ocorrido em Nanquim acelerou o processo (YOSHIMI, 1995, p.57). Os japoneses reconheciam a importância do território chinês para as potências do ocidente e sabiam que ações como aquela seriam utilizadas como pretexto para que estas se envolvessem; exatamente o que Tóquio desejava evitar no momento (YOSHIMI, 1995, p.59).

Com o grande aumento dos contingentes de soldados e das estações de conforto, prostitutas que iam para as localidades espontaneamente deixaram de ser o suficiente para suprir a demanda. Segundo Yoshimi (1995, p.57), logo após a criação das instalações aos arredores de Nanquim, garotas chinesas foram sequestradas e coagidas, alterando a lógica consensual inicial das estações de conforto.

As mulheres coreanas se tornaram majoritariamente as vítimas do Sistema de Conforto. A mobilização destas se deu, em primeiro momento, por agentes facilitadores apontados pelo Exército Imperial: os administradores das estações de conforto na China (em sua maioria coreanos e japoneses) e as pessoas que estes contratavam (predominantemente, coreanos) (TANAKA, 2002, p.38). Segundo Soh (1992, p.1228-9), durante o período, a maioria das coreanas era recrutada sob falsas promessas de emprego e boa compensação. Após o início da Guerra do Pacífico (1941-1945), o próprio EIJ se tornou presente no processo de recrutamento, utilizando forças policiais e governamentais na Península Coreana para coerção e sequestro (TANAKA, 2002, p.38), como orientado pelo Ministério da Guerra japonês desde 1938 (TANAKA, 2002, p.23).

Com a expansão do Império Japonês para o sudeste asiático, as estações de conforto também passaram a ser instaladas nessa região; as meninas e mulheres locais também foram vitimadas pela escravização sexual militar. Segundo Tanaka (2002, p.45), os métodos para a mobilização de meninas e mulheres nesses territórios era similar ao empregado na China, com as vítimas sendo sequestradas ou coagidas. Uma particularidade das Índias Orientais Holandesas seria que o Japão havia estabelecido campos de trabalho forçado por todo o território e buscava nessas instalações mulheres para servirem em estações de conforto (KIMURA, 2016, p.112).

Figura 2 – Localização de estações de conforto (1932-1945)²⁷



Fonte: WAM (2019).

Como apontado anteriormente, o principal motivo para o estabelecimento de estações de conforto pelo Exército Imperial Japonês foi o controle da transmissão de doenças venéreas. O impacto negativo que a violência sexual contra civis teve nas relações diplomáticas do Japão, principalmente após Nanquim, se tornou mais uma motivação para o Sistema de Conforto. Yoshimi (1995, p.66) aponta que este também seria uma maneira de manter soldados japoneses motivados para o conflito, principalmente após a entrada dos Estados Unidos na guerra. Em um documento de 1940 emitido pelo Ministério da Guerra do Japão, é orientado que as estações de conforto sejam bem administradas, sendo essas um importante método para o alívio psicológico dos soldados e a melhora do estado de espírito destes (TANAKA, 2002, p.24).

²⁷ Os pontos vermelhos no mapa referem-se às localizações das estações de conforto no Império Japonês, delimitado pela linha laranja. O mapa foi elaborado a partir dos relatos de sobreviventes e soldados (japoneses, chineses e Aliados).

As estimativas de vítimas da escravização sexual perpetrada pelo Exército Imperial Japonês giram em torno de 100 mil. Segundo o plano militar da organização emitido em 1941, a proporção mulher/soldado deveria ser 1/40. Cerca de 3,5 milhões de soldados japoneses estiveram envolvidos na Segunda Guerra Sino-Japonesa e na Guerra do Pacífico, o que totalizaria cerca de 90 mil mulheres. Dessas, cerca de 80% eram oriundas de Taiwan, China, Filipinas, Indonésia, Malásia e, principalmente, Coreia (TANAKA, 2002, p.31).

Para Tanaka (2002, p.32), isso se dá por uma série de motivos. O principal seria a própria noção de superioridade nipônica em relação aos demais países asiáticos, que impunha aos nativos das colônias o papel de ferramenta para ser utilizada em prol do Império. A preferência por coreanas, como citado, se deu por questões culturais, já que Joseon e Taiwan haviam sido “niponizados” nas décadas anteriores: ambos países tinham japonês como idioma oficial, por exemplo. Tanaka (2002, p.32) também afirma que, por serem colônias majoritariamente agrárias, as grandes populações camponesas e pobres eram mais vulneráveis aos esquemas de cooptação. Outro motivo para a preferência dessas nacionalidades seria que, por serem fundamentalmente neo-confucionistas, essas sociedades também priorizavam a castidade de suas mulheres e por isso, as jovens levadas para as estações de conforto seriam virgens e saudáveis (SOH, 1996, p.1228; KIMURA, 2016, p.107).

Mulheres japonesas também estavam entre as vítimas do Sistema de Conforto. Segundo Tanaka (2002, p.32), inicialmente, estas eram majoritariamente prostitutas voluntárias, de origem pobre, que serviam funcionários de alto escalão do Exército, como tenentes e generais. Todavia, um número considerável destas foram tornadas escravas sexuais (NORMA, 2016, p.27). Tanaka (2002, p.32) aponta uma dicotomia “mulheres estrangeiras *versus* mulheres japonesas”, onde seria socialmente esperado que as japonesas mantivessem-se castas até que se casassem e então, concebessem filhos saudáveis para o Império e seu líder. Assim, a ideia das mesmas mulheres incumbidas de gerar o futuro na nação também serem responsáveis por satisfazerem desejos sexuais masculinos seria inconcebível no imaginário nipônico; as japonesas “honradas” deveriam ser protegidas (TANAKA, 2002, p.32)

A forma como a violência sexual ocorria nas estações de conforto variava. Em estações maiores e mais organizadas, as vítimas eram obrigadas a receber soldados por cerca de 12h diariamente. Segundo relatos de sobreviventes, eram cerca de 50 estupros por dia, com alguns depoimentos superando essa estimativa (KIMURA, 2016, p.113). Mesmo que as orientações do Exército exigissem a utilização de camisinhas pelos soldados, a maioria não o fazia, contaminando as vítimas com diversas doenças venéreas (KIMURA, 2016, p.114).

Nas estações de conforto na China continental, as mulheres eram alimentadas com arroz e algum tipo de vegetal em conserva. Nas do sudeste asiático, as vítimas às vezes tinham acesso a frutas tropicais. Na maioria das estações, as mulheres também eram responsáveis pela preparação de suas refeições, a limpeza das instalações, de suas roupas e, às vezes, também dos soldados (KIMURA, 2016, p.115). Em muitas das instalações, médicos do EIJ estavam presentes e examinavam frequentemente as mulheres, visando evitar que suas doenças fossem transmitidas para os soldados (KIMURA, 2016, p.116).

O tratamento brutal dado às vítimas é unânime nos relatos de sobreviventes. Elas sofriam espancamentos com frequência, submetidas a diversas formas de tortura, principalmente quando consideradas “desobedientes” pelos administradores das estações. Entre os comportamentos considerados subversivos estava se recusar a fazer sexo com soldados e falar um idioma que não fosse o japonês (KIMURA, 2016, p.117). Para além dessas condições, por estarem em zonas de conflito, as vítimas eram frequentemente feridas durante bombardeios e ataques (KIMURA, 2016, p.119).

A estigmatização que acompanha o estupro impediu que muitas das sobreviventes retornassem para suas famílias. As que retornaram, permaneceram em silêncio durante os anos nas estações de conforto. As doenças psicológicas (estresse pós-traumático, depressão, ansiedade, insônia) e físicas (infertilidade, dores crônicas, DSTs, mutilações) geradas pelas violências sofridas levaram muitas das sobreviventes a cometerem suicídio (KIMURA, 2016, p.121-2).

Enquanto em Nanquim os generais do Exército Imperial em campo tiveram um papel passivo no emprego da violência sexual, permitindo que os soldados atacassem locais, no Sistema de Conforto, tanto o EIJ quanto instituições governamentais se mostraram vitais para o surgimento e manutenção do mesmo. Tanaka (2002, p.24) aponta um claro envolvimento do Ministério da Guerra japonês. Em março de 1938, um documento denominado “Assuntos relacionados ao recrutamento de mulheres e outros funcionários para estações de conforto militares” foi enviado aos generais responsáveis pelos batalhões nas regiões norte e central da China. No documento, o ministério orientava os comandantes a serem cautelosos ao escolherem os agentes responsáveis pela cooptação de mulheres, devendo trabalhar estreitamente com as autoridades policiais locais e a *Kempeitai* (TANAKA, 2002, p.23).

O estabelecimento e manutenção do Sistema de Conforto pelo Exército Imperial Japonês parte da ideia de que o estupro seria fruto apenas dos impulsos sexuais de seus perpetradores – um conceito apoiado pelos teóricos biologicistas (GOTTSCHALL, 2004, p.133-4). A tentativa de controlar o desejo sexual de soldados, além de impossível e

ineficiente, os levaria a um desgaste psicológico ainda maior – que refletiria no desempenho militar destes (KIMURA, 2016, p.99). Buscando evitar a disseminação de DSTs em seu contingente e o estupro de civis durante a ocupação dos novos territórios, o EIJ empenhou-se para manter esse tipo de violência exclusivamente dentro de suas estações, falhando (YOSHIMI, 1995, p.19).

5. CONCLUSÕES

No presente trabalho analisou-se criticamente o emprego da violência sexual pelas forças militares japonesas durante a primeira metade do século XX, tendo como objetivo central compreender as causas e as formas em que essa violência se deu, bem como suas consequências. Buscou-se também obter uma interpretação panorâmica do fenômeno, considerando características sociológicas, culturais e político-militares do Império Japonês. A partir deste estudo foi possível confirmar as hipóteses iniciais de que a instrumentalização da sexualidade feminina já estaria presente na sociedade nipônica, intensificada e direcionada para a expansão territorial do Japão durante os períodos Taishō (1912-1926) e Shōwa (1926-1945).

A partir da breve contextualização histórica sobre o Império Japonês, é possível identificar uma forte base ideológica para seu expansionismo. Durante toda a primeira metade do século XX, a ideia de superioridade do Japão em relação aos demais países da Ásia foi amplamente propagada, ganhando mais força após o Incidente da Manchúria (1931), resultando em um sentimento nacional xenófobo. O movimento pela libertação do colonialismo europeu deveria, portanto, se dar a partir da liderança de Tóquio, a única nação moderna (pelos moldes ocidentais) na região.

A estrutura sócio-econômica japonesa baseada no confucionismo, xintoísmo e além dos elementos como o *bushido* (武士道) e a *kokutai no hongī* (国体の本義) também demonstraram-se medulares, tanto para o sistema militar, quanto para os papéis sociais de acordo com gênero. As hierarquias do EIJ e da MIJ eram fundamentadas na incontestável obediência aos superiores, que apelavam para o abuso físico e psicológico em prol da preparação de recrutas para o campo de batalha. Essa ordem também estava presente na sociedade civil, onde filhos e esposas deveriam acatar as ordens de seus pais e maridos. Essa concepção era estendida a todos os servidores do aparato estatal, que representavam os interesses do Imperador.

No regime patriarcal japonês, assim como nos países ocidentais, a maternidade e o casamento eram vistos como naturais às mulheres. A repressão sexual feminina se manteve latente até 1945, com a limitação do acesso a métodos contraceptivos e ao aborto, além da compreensão social de que a castidade seria uma característica essencial para uma mulher ser digna de matrimônio. Desta maneira, a prostituição seria uma atividade executada por aquelas vistas como inadequadas, como mulheres de classes socio-econômicas baixas e oriundas de colônias.

Assim, a análise das características sociais e culturais japonesas nos períodos Meiji (1868-1912), Taishō (1912-1926) e Shōwa (1926-1945) e a correlação destas com os modos de operação utilizados pelas forças militares japonesas permitem concluir pela confirmação das hipóteses. Os papéis de gênero atribuídos às mulheres no Japão, com a divisão dessas entre dignas (simbolizadas pelas esposas e mães) e indignas (simbolizadas pelas prostitutas), representam uma motivação para o emprego da violência sexual proeminentemente contra determinadas parcelas desse gênero. A ideologia colonialista e xenófoba, por sua vez, está caracterizada na preferência pela escravização sexual de colonas e a vitimização de chinesas em Nanquim.

Segundo as descrições das vítimas e demais sobreviventes do Massacre de Nanquim, os soldados japoneses agiam em pequenos grupos, que procuravam e atacavam a população local, chegando a revistar casas à procura de mulheres. A violência sexual não se resumia ao estupro da vítima pelo soldado, sendo sempre acompanhado de outras ações com alto teor de crueldade, como a tortura física (como a mutilação genital) e psicológica (como realizar o ato publicamente e forçando o engajamento de familiares), também resultando no assassinato das pessoas vitimizadas.

A vitimização do que se tornariam mulheres de conforto era iniciada com seu sequestro ou aliciamento na Coreia, em Taiwan, nas Filipinas, na Indonésia e no Japão. As vítimas eram levadas aos estabelecimentos onde permaneceram por anos até suas mortes ou até o fim da guerra, servindo sexualmente soldados japoneses. Com o estabelecimento das estações de conforto, o governo Imperial e o Exército buscavam impedir a proliferação de doenças sexualmente transmissíveis em seu contingente, além de evitar o estupro de mulheres naturais dos novos domínios. Mesmo assim, o estupro das vítimas era frequentemente acompanhado por outros tipos de violência física (como chutes, socos e mutilações) e verbal (como xingamentos de cunho xenofóbico).

Com base nessa análise é possível identificar discrepâncias nos modos de operação adotados em Nanquim e no Sistema de Conforto. A principal diferença entre os dois episódios foi o nível de envolvimento governamental e militar nas ações. Apesar da comunicação formal de ordens estabelecidas pelo comando local durante os primeiros anos da Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937-1945) não citar o emprego da violência sexual contra chineses, relatos de soldados demonstram pouco interesse do EIJ e da MIJ em evitar ou interromper os estupros. O grande número de vítimas e testemunhas, que descrevem a sexualização da violência como generalizada durante os meses de dezembro de 1937 e janeiro de 1938, confirmam isso.

No entanto, a decisão de seguir para Nanquim após a Batalha de Xangai foi contrária às ordens do centro decisório do Exército no Japão, não havendo comprovação de que o ocorrido teria algum objetivo político ou militar. No caso da escravização sexual militar, todavia, há diversos indícios de que o estabelecimento das estações de conforto seria de grande interesse para o Império, que disponibilizava seu aparato policial nas colônias para garantir a eficiência desse sistema.

A análise crítica das vertentes biológica, sociocultural e securitária para explicar o fenômeno da violência sexual, correlacionada aos casos investigados no presente trabalho, evidencia limitações dessas explicações. A partir desse exame é possível constatar confluência entre as ideias apresentadas pelos teóricos biólogos e as políticas estabelecidas pelo governo japonês em relação à prostituição e à escravidão sexual militar. Isso porque ambos partem do princípio de que o desejo sexual seria parte da natureza biológica masculina, que objetiva procriação. Todavia, essa concepção não explicaria o modo de operação adotado pelos soldados em Nanquim, que visavam a tortura e humilhação das vítimas – e não a manutenção de sua linha genealógica.

A concepção, por parte da vertente securitária, de que a violência sexual em zonas de conflito seria um tópico de Segurança Internacional unicamente quando instrumentalizada militarmente, como em episódios genocidas, limita pesquisas e políticas para situações que não se encaixem nesse recorte. Por não haver indícios de que o Exército Japonês objetivasse o genocídio das populações vitimizadas, tanto a Teoria do Estupro Estratégico quanto a Teoria de Securitização do Estupro seriam insuficientes para a análise dos episódios estudados.

Para a Teoria Feminista a violência sexual seria uma demonstração de poder do dominador sobre o subjugado, que resultaria no estupro de mulher nas sociedades patriarcais. Essa concepção, que reconhece a inviabilidade de uma explicação universal para o fenômeno, prioriza análises de “baixo para cima”, partindo da observação das diversas situações em que este se dá. Para isso, a vertente sociocultural também utiliza ferramentas de estudos antropológicos, examinando características sociais, culturais, econômicas e históricas dos objetos, essenciais para a realização desta monografia.

A elaboração do presente trabalho, por sua vez, possibilitou a reflexão do fenômeno da violência sexual em zonas de conflito a partir de múltiplas perspectivas, considerando também as diversas intersecções sociais das vítimas e seus algozes, como suas nacionalidade, classe social e gênero. Essa abordagem permitiu a construção de uma análise panorâmica, que contrapõe concepções reducionistas de que o estupro seria apenas resultado do papel de gênero atribuído aos homens ou de sua natureza biológica. Além disso, o estudo da violência

sexual em zonas de conflito mesmo sem instrumentalização estratégica evidencia a necessidade da pesquisa e compreensão holísticas do fenômeno, para que este seja, enfim, erradicado.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHN Young-choon. South Korea coming to confront Vietnam War civilian massacres. 30 out. 2016. **Hankyoreh**. Disponível em:

http://english.hani.co.kr/arti/english_edition/e_international/767928.html. Acesso em: 7 jun. 2021.

ANDERSON, Marnie. **A place in public: women's rights in Meiji Japan**. Cambridge: Harvard University Press, 2010.

ACLED. Armed Conflict Location & Event Data Project. **Sexual violence in the ACLED dataset**. 23 abr. 2019. Disponível em:

https://acleddata.com/2019/04/23/sexual-violence-in-the-acled-dataset/#_ftnref4. Acesso em: 22 jun. 2021.

AWM. Australian War Memorial. **Dispositions and deaths**. Disponível em:

<http://ajrp.awm.gov.au/ajrp/AJRP2.nsf/530e35f7e2ae7707ca2571e3001a112d/e7daa03b9084ad56ca257209000a85f7?OpenDocument>. Acesso em: 7 fev. 2021.

AZENHA, Tatiana Sofia Fonseca. **Para além do silêncio: o sistema de conforto e o papel dos movimentos feministas na questão das mulheres de conforto na coreia do sul (1905-2015)**. 2017. 97 f. Dissertação (Mestrado) - Estudos Asiáticos, Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2017.

BANNO, Junji. **Japan's Modern History, 1857–1937: a new political narrative**. Nova Iorque: Routledge, 2014a.

BENNETT, Neville. White discrimination against Japan: Britain, the Dominions and the United States, 1908-1928. **New Zealand Journal of Asian Studies**. [S.I.] V. 3, n. 2, 2001.

Disponível em: <https://www.nzasia.org.nz/uploads/1/3/2/1/132180707/bennett.pdf>. Acesso em 27 out. 2021.

BEVIR, Mark; RHODES, R. A. W. **Interpretative Political Science: mapping the field**. In: BEVIR, Mark; RHODES, R. A. W (Ed.). **Routledge Handbook of Interpretive Political Science**. Londres: Routledge, 2016.

BRITANNICA. **Ancient Rome: the regal period, 753-509 b.C**. Disponível em:

<https://www.britannica.com/place/ancient-Rome/Romes-foundation-myth#ref26589>. Acesso em: 7 jun. 2021.

BROWN, Katryn Meghan. **Analysis of Structural Causes of Mass Rape in the Democratic Republic of Congo: an integrated perspective**. 2012. 42 f. International Relations, Ohio State University, Columbus, 2012. Disponível em:

https://core.ac.uk/display/159604398?utm_source=pdf&utm_medium=banner&utm_campaign=pdf-decoration-v1. Acesso em: 03 set. 2021.

BROWNMILLER, Susan. **Against our will: men, women and rape**. Nova Iorque: Open Road, 1995.

BUSS, David. **The evolution of desire: strategies of human mating**. Nova Iorque: Basic Books, 2016.

BUSS, Doris. Rethinking ‘Rape as a Weapon of War’. **Fem Leg Stud**, n.17, 145–163, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10691-009-9118-5>. Acesso em: 30 jan. 2022.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; DE WILDE, Jaap. **Security: a new framework for analysis**. Londres: Lynne Rienner Publishers, 1998.

CHANG, Iris. **The rape of Nanking: the forgotten Holocaust of World War II**. Nova Iorque: Basic Books, 1997.

UNSC. United Nation Security Council. **Conflict-related sexual violence: Report of the Secretary-General (S/2021/312)**. 30 mar. 2021. Disponível em: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/S_2021_312_E.pdf. Acesso em: 22 jun. 2021.

CORRÊA, Alessandra. Mais de 60 anos depois, EUA reabrem investigações sobre assassinato que chocou o país. **BBC News**. 13 jul. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-44816562>>. Acesso em: 6 mar. 2022.

DARWIN, Charles. **A origem das espécies**. São Paulo: Edipro, 2018.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOWER, John. **War hates and war crimes**. In: DOWER, John. **War without mercy: race and power in the Pacific War**. Nova Iorque, Pantheon Books, 1986.

DREA, Edward J. **Japan’s Imperial Army: its rise and fall, 1853-1945**. Lawrence: Kansas University Press, 2009a.

DU, Fangqin; MANN, Susan. **Competing claims on womanly virtue in late Imperial China**. In: Ko, Dorothy; HABOUSH, Ja-hyun Kim; PIGGOT, Joan. **Women and confucian cultures in premodern China, Korea and Japan**. Berkeley: University of California Press, 2003.

ELSHTAIN, Jean Bethke. **Women and war**. Nova Iorque: Basic Books, 1987.

ELSTER, Jon. **A plea for mechanisms**. In: HEDSTROM, Peter; SWEDBERG, Richard. **Social mechanisms: an analytical approach to social theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

FRA. European Union Fundamental Rights Agency. **Violence against women: an EU-wide survey**. 2014. Disponível em: https://fra.europa.eu/sites/default/files/fra_uploads/fra-2014-vaw-survey-main-results-apr14_en.pdf. Acesso em: 7 jun. 2021.

FBSP. Fórum Brasileiro De Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020**. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>. Acesso em: 7 jun. 2021.

FHAO. Facing History and Ourselves. **The Nanking atrocities: crimes of war**. Brookline: Facing History and Ourselves National Foundation, 2014. Disponível em: https://www.facinghistory.org/sites/default/files/publications/The_Nanjing_Atrocities_Crimes_of_War_1.pdf. Acesso em: 23 fev. 2022.

GARON, Sheldon. The World's Oldest Debate?: prostitution and the state in imperial japan, 1900-1945. **The American Historical Review**, [S.I.], v. 98, n. 3, p.710-732, jun. 1993. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2307/2167547>. Acesso em: 20 jan. 2022.

GLUCK, Carol. **Introduction**. In: GLUCK, Carol; GRAUBARD, Stephen R. (Org.). **Showa: the Japan of Hirohito**. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 1992.

GOTTSCHALL, Jonathan. Explaining wartime rape. **The Journal Of Sex Research**, [S.I.], v. 41, n. 2, p.129-136, 1 maio 2004. Informa UK Limited. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00224490409552221>. Acesso em: 27 mar. 2021.

GREEN, Amelia Hoover. Sabine Hirschauer: “The Securitization of Rape: women, war and sexual violence”. **International Feminist Journal of Politics**, [S.L.], v. 18, n. 2, p. 317-319, 2 abr. 2016. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/14616742.2016.1151180>. Acesso em: 15 mar. 2022.

THE GUARDIAN. **The hidden holocaust**. 13 mai. 1999. Disponível em: <https://www.theguardian.com/theguardian/1999/may/13/features11.g22>. Acesso em: 7 jun. 2021.

GUZZINI, Stefano. Securitization as a causal mechanism. **Security Dialogue**, [S.L.], v. 42, n. 4-5, p. 329-341, ago. 2011. SAGE Publications. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/0967010611419000>. Acesso em: 15 mar. 2022.

HAMMER, Joshua. The Great Japan Earthquake of 1923. Maio 2011. **Smithsonian Magazine**. Disponível em: . Acesso em: 27 out. 2021.

HANLEY, Charles; CHOE Sang-Hun; MENDOZA, Martha. **The bridge at No Gun Ri: a hidden nightmare from the Korean War.** Ogden: Bayside Books, 2001.

HENSHALL, Kenneth. **A history of Japan: from stone age to superpower.** Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2004.

HEYZER, Noeleen. A women's development agenda for the 21st Century. **Living Economies Forum.** 6 mar. 1995. Disponível em: <https://www.google.com/url?q=https://davidkortten.org/allheyzer/>. Acesso em: 7 jun. 2021.

HIRSCHAUER, Sabine. **The securitization of rape: women, war and sexual violence.** Nova York: Palgrave Macmillan, 2014.

HOMERO. **The Illiad.** Nova Iorque: Penguin Books, 1990.

IBGE. Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. **Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2019.** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30660-pns-2019-em-um-ano-29-1-milhoes-de-pessoas-de-18-anos-ou-mais-sofreram-violencia-psicologica-fisica-ou-sexual-no-brasil>. Acesso em: 7 jun. 2021.

IRIYE, Akira. **Japan's drive to great-power status.** In: JENSEN, Marius (Ed.). **The Cambridge History of Japan: vol. 5 - 19th Century.** Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

KANG, Han. **Atos humanos.** São Paulo: Todavia, 2008.

KAWAI, Tatsuo. **The principles of sino-japanese co-operation.** In: **The goal of Japanese expansion.** Tokyo: The Hokuseido Press, 1938.

KEGAMI, Eiko. **Honor polarization in vassalic bureaucracy.** In: IKEGAMI, Eiko. **The taming of the Samurai: honorific individualism and the making of modern Japan.** Cambridge: Harvard University Press, 1995.

KEOHANE, Robert O. International Institutions: two approaches. **International Studies Quarterly**, [S.L.], v. 32, n. 4, p. 379, dez. 1988. Oxford University Press (OUP). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2307/2600589>. Acesso em: 20 mar. 2022.

KIM, Si-seup. **Contos da tartaruga dourada.** São Paulo: Estação Liberdade, 2017.

KIMURA, Maki. **Unfolding the “comfort women” debates: modernity, violence, women's voices.** Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2016.

KINDIG, Jessie L. "**War for Peace**": race, empire, and the Korean war. 2014. 373 f. Tese (Doutorado) - Curso de History, University Of Washington, Seattle, 2014. Disponível em: <https://digital.lib.washington.edu/researchworks/handle/1773/26280>. Acesso em: 7 jun. 2021.

KITAGAWA, Joseph M. The Japanese 'Kokutai' (National Community) History and Myth. **History of Religions**, [S.I.], v. 13, no. 3, p.209–26, 1974. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1061814>. Acesso em: 27 out. 2021.

KITAOKA, Shinichi. **Diplomacy and the Military in Showa Japan**. In: GLUCH, Carol; GRAUBARD, Stephen R. (Org.). **Showa: the Japan of Hirohito**. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 1992.

KOSAKA, Masataka. **The Showa Era (1926-1989)**. In: GLUCH, Carol; GRAUBARD, Stephen R. (Org.). **Showa: the Japan of Hirohito**. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 1992.

KUEHN, John. **A military history of Japan: from the age of the samurai to the 21st century**. Santa Bárbara: Praeger, 2014.

LYNCH, Ami. "Comfort Women". **Britannica**. 2019. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/comfort-women>. Acesso em: 30 jan. 2021.

MACKIE, Vera. **Feminism in modern Japan: citizenship, embodiment and sexuality**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

MAGNO, Bruno. **Revolução nacional e Guerra Prolongada na China: análise estratégica e operacional da segunda guerra sino-japonesa (1937-1945)**. 2018. 166 f. Tese (Dissertação) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/193522>. Acesso em: 11 jan. 2022.

MARUYAMA, Masao. **The ideology and dynamics of Japanese fascism**. In: MARUYAMA, Masao. **Thought and behaviour in modern Japanese politics**. Londres: Oxford University Press, 1969.

MCCLAIN, James L. **In Pursuit of a New Order**. In: MCCLAIN, James L. **Japan: a modern history**. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 2002.

MIN, Pyong Gap. Korean "Comfort Women": the intersection of colonial power, gender, and class. **Gender & Society**, [S.I.], v. 17, n. 6, p.938-957, dez. 2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/0891243203257584>. Acesso em: 20 jan. 2021.

MUNDERLOH, Moritz. **The Imperial Japanese Army as a factor in spreading militarism and fascism in prewar Japan**. 2013. 108 f. Dissertação (Mestrado) - Estudos sobre Japão,

Departamento de Estudos Asiáticos, Ludwig Maximilian Universidade de Munique, Munique, 2013. Disponível em: <https://epub.ub.uni-muenchen.de/17083/>. Acesso em 18 out. 2021.

NAKAMURA, Takafusa. **Depression, recovery, and war, 1920-1945**. In: HALL, John Whitney; JENSEN, Marius, KANAI, Madoka; TWITCHETT, Denis (Ed.). **The Cambridge history of Japan**: vol. 6 - 20th Century. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

NOLTE, Sharon; HASTINGS, Sally Ann. **The Meiji State's policy toward women, 1890-1910**. Berkeley: University of California Press, 1991.

NORDSTROM, Carolyn. Rape: politics and theory in war and peace. **Australian Feminist Studies**, [S.L.], v. 11, n. 23, p. 147-162, abr. 1996. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/08164649.1996.9994811>. Acesso em: 15 mar. 2022.

NORMA, Caroline. **The japanese comfort women and sexual slavery during the China and Pacific Wars**. Londres: Bloomsbury, 2016.

RYANG, Sonia. **Love in modern Japan: its estrangement from self, sex and society**. Londres: Routledge, 2006.

ROBERTS, Mary Louise. **What soldiers do: sex and the american GI in World War II France**. Chicago: University of Chicago Press, 2013.

SANTOS, Gyne; SALES, Sandra. A mulher negra brasileira, miscigenação e o estupro colonial: o mito da democracia racial e o reforço de estereótipos racistas e sexistas. **Caderno Espaço Feminino**, [S.I.], v. 1, n. 31, p.40-62, 30 jan. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/CEF-v31n1-2018-3>. Acesso em: 7 jun. 2021.

SANTOS, Aline de Souza Correia; CONSTANTINO, Gabriel Gomes; CICERI, Isabela Marcon; LEMOS, Nataly de Oliveira; ABREU, Vitória Vieira de Souza. Violações de direitos humanos em intervenções humanitárias. **UFRGSMUNDI 2020**, v. 8, p.123-146, 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ufrgsmundi/wp-content/uploads/2020/09/GUIA-UFRGSMUNDI-2020.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2021.

SEKIGUCHI, Hiroko. **The patriarchal family paradigm in eighth century Japan**. In: Ko, Dorothy; HABOUSH, Ja-hyun Kim; PIGGOT, Joan. **Women and confucian cultures in premodern China, Korea and Japan**. Berkeley: University of California Press, 2003.

SHIELDS, William; SHIELDS, Lea. Forcible Rape: an evolutionary perspective. **Ethnology and sociobiology**, Nova Iorque, v. 4, n. 3, p.115-136, jan. 1983. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0162309583900262>. Acesso em: 31 jul. 2021.

SIEVERS, Sharon Lee. **Flowers in salt: the beginnings of feminist consciousness in modern Japan**. Stanford: Stanford University Press, 1983.

SOH, Chung-Hee Sarah. The Korean Movement for Redress. **Asian Survey**, [S.L.], v. 36, n. 12, p.1226-1240, 1 dez. 1996. University of California Press. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2307/2645577>. Acesso em: 30 jan. 2022.

SOH, Chung-Hee Sarah. **The comfort women: sexual violence and postcolonial memory in Korean and Japan**. Chicago: Chicago University Press, 2008.

STOP AAPI HATE. **2020-2021 National Report**. 2021. Disponível em: <https://stopaapihate.org/2020-2021-national-report/>. Acesso em: 7 jun. 2021.

SUZUKI, Michiko. **Becoming modern women: love and female identity in prewar Japanese literature and culture**. Stanford: Stanford University Press, 2010.

PETERSON; V. Spike. Transgressing boundaries: theories of knowledge, gender and International Relations. **Millenium: Journal of International Studies**, [S.I.], v. 21, n. 2, p. 183-206, 1992. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/03058298920210020401>. Acesso em: 15 mar. 2022.

PETERSON, Zoë D. Challenging evolutionary theories of sex differences and rape: an interdisciplinary response to Thornhill and Palmer. **The Journal of Sex Research**, v. 41, n. 1, p.118-20, 2004. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3813412>. Acesso em: 31 jul. 2021.

TAKAI, George; EISINGER, Justin; SCOTT, Steven; BECKER, Harmony. **Eles nos chamavam de inimigo**. São Paulo: Devir, 2019.

TANAKA, Yuki. **Japan's comfort women: sexual slavery and prostitution during World War II and the US occupation**. Nova Iorque: Routledge, 2002.

TERAZAWA, Yuki. **Knowledge, power, and women's reproductive health in Japan, 1690-1945**. Gewerbestrasse: Palgrave Macmillan, 2018.

THORNHILL, Randy; THORNHILL, Nancy Wilmsen. Human rape: an evolutionary analysis. **Ethology and Sociobiology**, Nova Iorque, v. 4, n. 3, p.137-173, jan. 1983. Elsevier BV. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.1016/0162-3095\(83\)90027-4](http://dx.doi.org/10.1016/0162-3095(83)90027-4). Acesso em: 3 jul. 2021.

THORNHILL, Randy; PALMER, Craig. **A natural history of rape: biological bases of sexual coercion**. Cambridge, MIT Press, 2000.

TICKNER, Judith Ann. **Feminism meets International Relations: some methodological issues**. In: ACHERLY, Brooke; STERN, Maria; TRUE, Jacqui (Org.). **Feminist**

methodologies for International Relations. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511617690.003>. Acesso em: 15 mar. 2022.

TOBACH, Ethel; REED, Rachel. **Understanding rape**. In: TRAVIS, Cheryl. **Evolution, gender, and rape**. Cambridge: MIT Press, 2003.

UN. United Nations. War Crimes. Disponível em: <https://www.un.org/en/genocideprevention/war-crimes.shtml#:~:text=From%20a%20more%20substantive%20perspective,methods%20of%20warfare%3B%20and%20e>. Acesso em: 10 abr. 2022.

WAM. Women's Active Museum on War and Peace. "**Comfort Stations**" of Japanese Military. 2019.

WARD, Tony; SIEGERT, Richard. Rape and evolutionary psychology: a critique of Thornhill and Palmer's theory. **Aggression and violent behavior**, [S.I.], v. 7, n. 2, p.145-168, mar. 2002. Elsevier BV. [http://dx.doi.org/10.1016/s1359-1789\(00\)00042-2](http://dx.doi.org/10.1016/s1359-1789(00)00042-2). Acesso em: 31 jul. 2021.

WHO. World Health Organization. **World report on violence and health: summary**. Geneva: WHO, 2002. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42495/9241545615_eng.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

WHO. World Health Organization. **Violence Against Women Prevalence Estimates**. 2018. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240022256>. Acesso em: 7 jun. 2021.

WIBBEN, Annick T. R. **Feminist security studies**. In: CAVELTY, Myriam Dunn; MAUER, Victor. **The Routledge handbook of security studies**. Nova Iorque: Routledge, 2010.

WOLFTHAL, Diane. A natural history of rape: biological bases of sexual coercion (review). **Journal of the history of sexuality**, [S.I.], v. 10, n. 2, p.343-346, 2001. Project Muse. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1353/sex.2001.0043>. Acesso em: 31 jul. 2021.

WOOD, Elisabeth Jean. **Sexual violence during war: toward an understanding of variation**. p.124-137. In: SJOBERG, Laura; VIA, Sandra (Org.). **Gender, war, and militarism: feminist perspectives**. Santa Barbara: Praeger, 2010.

YONEMOTO, Marcia. **The problem of women in early modern Japan**. Oakland: University of California Press, 2016.

YOSHIDA, Takashi. **The making of the "Rape of Nanking": history and memory in Japan, China, and the United States**. Nova Iorque: Oxford Press, 2006

YOSHIMI Yoshiaki. **Comfort women:** sexual slavery in the Japanese military during World War II. Nova Iorque: Columbia University Press, 1995.

ZHONG, Yijiang. Freedom, religion and the making of the Modern State in Japan, 1868–89. **Asian Studies Review**, v.38, n.1, p. 53–70, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/10357823.2013.872080>. Acesso em: 29 mar. 2022.